

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

MARLON CORDEIRO MORAES

ENTRE GOLPES E CONTRAGOLPE(S): A Novembrada de 1955

São Luís-MA
2025

MARLON CORDEIRO MORAES

ENTRE GOLPES E CONTRAGOLPE(S): A Novembrada de 1955

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
junto ao Curso de História da Universidade
Estadual do Maranhão, para aquisição do grau
de Licenciatura em História.*

*Orientador(a): Profa. Dra. Monica Piccolo
Almeida Chaves.*

São Luís-MA
2025

Moraes, Marlon Cordeiro.

Entre golpes e contragolpes(s) : A Novembrada de 1955 / Marlon Cordeiro Moraes. – São Luís, 2025.

70 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Golpe. 2. Governo - legalidade. 3. Ordem. 4. Democracia. I. Título.

CDU 94(81).085

MARLON CORDEIRO MORAES

ENTRE GOLPES E CONTRAGOLPE(S): A Novembrada de 1955

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
junto ao Curso de História da Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA, para a
obtenção do grau de Licenciatura em História.*

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES
Data: 22/07/2025 09:15:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente
WERBETH SEREJO BELO
Data: 22/07/2025 14:04:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Werbeth Serejo Belo
Programa de pós-Graduação em História (PPGHIST/Uema)



Documento assinado digitalmente
LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS
Data: 22/07/2025 13:17:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs
Programa de pós-Graduação em História (PPGHIST/Uema)

A todos aqueles que escolheram o magistério e
seus desafios como labuta diária.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me proporcionar, através de sua luz divina, motivação, perseverança e intrepidez para enfrentar e vencer os desafios e obstáculos, presentes na elaboração de um trabalho de conclusão de curso.

À minha família, por edificar em mim os valores fundamentais para despertar minha consciência e alcançar, através da educação, uma perspectiva de transformação da minha realidade social.

Aos amigos, especialmente os que convivi na infância e adolescência, por sempre me presentear com uma prosa agradável e recheada de lembranças hilárias.

A todo corpo de docentes e servidores do administrativo do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, em especial à minha orientadora, Monica Piccolo Almeida Chaves, pela atenção prestimosa e respeitosa durante toda a minha permanência em convívio acadêmico.

À minha cadelinha pinscher Biló, razão de minha alegria e carinho durante o meu convívio diário, e há 08 anos me dá lições de parceria, fidelidade e lealdade.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização de mais este sonho.

“Novembro vai demorar a passar à História, quando então permitirá o tranquilo julgamento dos fatos ultrapassados. Vai demorar porque a falsidade que o explica não poderá ser exibida e aceita em sua totalidade, enquanto seus resultados envolverem homens que se movimentam no palco político, acionando, por isso, os cordéis do poder”.

Bento Munhoz da Rocha Netto, ex-ministro do
governo Café Filho

RESUMO

O Golpe da Legalidade é uma temática assente nos mais variados manuais de história disponíveis aos pesquisadores. Cabendo preliminarmente aduzir, por oportuno, que a análise da presente temática não se reveste de ineditismo, bem como não apresenta pretensões, em face do diminuto grau de profundidade teórica que um trabalho monográfico demanda, de esgotar todos os seus vieses analíticos ou mesmo de promover uma revisão historiográfica. Dessa forma, objetivou-se traçar os aspectos sociais, econômicos e políticos pós-redemocratização de 1945. De igual modo, evidenciaram-se os fatores que desencadearam a instabilidade político-institucional nesse período. Explicaram-se o contexto histórico e as reações de natureza político-militar à posse na presidência da República dos legitimamente eleitos em 03 de outubro de 1955, assim como as causas outras que desencadearam a Novembrada. Caracterizada como uma intervenção de natureza político-militar na ordem constituída de fundamental importância para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, na presidência e vice-presidência da República, restabelecer a ordem político-institucional até então ameaçada de ruptura, bem como a estabilidade democrática durante a República Liberal ou Populista (1945-1964).

Palavras-chave: golpe; legalidade; ordem; governo; democracia.

ABSTRACT

The Coup of Legality is a theme that has been discussed in a wide variety of history textbooks available to researchers. It is worth noting that the analysis of this theme is not original, nor does it claim to exhaust all its analytical biases or even to promote a historiographical review, given the limited theoretical depth that a monographic work demands. Thus, the aim was to outline the social, economic and political aspects of the post-redemocratization of 1945. Likewise, the factors that triggered the political and institutional instability in this period were highlighted. The historical context and the political and military reactions to the inauguration of the legitimately elected presidents on October 3, 1955 were explained, as well as the other causes that triggered the Novembrada. Characterized as an intervention of a political-military nature in the established order of fundamental importance to ensure the inauguration of Juscelino Kubitschek and João Goulart, respectively, as president and vice-president of the Republic, to reestablish the political-institutional order that had been threatened with rupture until then, as well as democratic stability during the Liberal or Populist Republic (1945-1964).

Keywords: coup; legality; order; government; democracy.

LISTA DE SIGLAS

CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina
CF -	Constituição Federal
CIA -	Agência Central de Inteligência
CPI -	Comissão Parlamentar de Inquérito
CVSF -	Comissão do Vale do São Francisco
EMFA -	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG -	Escola Superior de Guerra
FAB -	Força Aérea Brasileira
PCB -	Partido Comunista do Brasil
PR -	Partido Republicano
PRP -	Partido da Representação Popular
PSD -	Partido Social Democrático
PSP -	Partido Social Progressista
PTB -	Partido Trabalhista Brasileiro
SALTE -	Sáude, Alimentação, Transporte e Energia
SPVEA -	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF -	Supremo Tribunal Federal
SUMOC -	Superintendência de Moeda e Crédito
UDN -	União Democrática Nacional
UNE -	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS PRELIMINARES AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945.....	12
2.1	Aspectos Sociais.....	12
2.2	Aspectos Econômicos.....	14
2.3	Aspectos Políticos.....	17
3	DA BALA NO PEITO AO “CERCO DO CATETE”: A INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL	22
3.1	O suicídio de Vargas: antecedentes e desdobramentos.....	22
3.2	O governo Café Filho e a aproximação com as forças político-militares conservadoras.....	30
3.3	A sucessão presidencial e a eleição da chapa PSD-PTB.....	34
4	ENTRE GOLPES E CONTRAGOLPE(S): A NOVEMBRADEIRA.....	40
4.1	As reações à posse de JK, as posições políticas no interior das Forças Armadas e o caso “Mamede”.....	40
4.2	O afastamento do presidente Café Filho, a posse de Carlos Luz e sua aproximação com as forças políticas antigetulistas no pós 24 de agosto.....	47
4.3	As articulações para o “Golpe Militar” no interior das Forças Armadas e a atuação das forças da legalidade: O(s) Contragolpe(s) capitaneado(s) pelo general Henrique Teixeira Lott.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

No limiar de completar 70 anos do seu registro na historiografia pátria, o Golpe da Legalidade, Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes; ou ainda, A Novembrada ou O(s) Contragolpe(s) Preventivo(s), parece(m) carecer de explicações e análises mais pormenorizadas.

A questão temática de fundo não pode ser deslindada sem uma análise expositiva e explicativa de eventos preliminares ocorridos antes do início e durante a República Populista ou Liberal (1945-1964), notadamente o paradoxo observado entre a (re)democratização e as intervenções militares ocorridas na primeira metade desse percurso histórico.

O que se mostra essencial nesse caminho percorrido é dissipar algumas dúvidas que se apresentam latentes: a intervenção das Forças Armadas na ordem constituída ocorre somente para apossamento do poder político pelos militares ou também pode acontecer para corrigir os rumos e/ou desvios do regime representativo de governo? Engana-se quem admite somente a primeira parte assertiva da pergunta.

O presente trabalho de conclusão de curso não tem pretensões de adentrar profundamente nessa questão, cinge-se apenas em explicar de passagem os momentos em que ocorreram as intervenções militares nos governos eleitos durante o processo de consolidação da democracia¹ na temporalidade acima propalada, destacando, ao fim, a Novembrada de 1955 ou O(s) Contragolpe(s) Preventivo(s). Essa reação militar última assenta-se na crise institucional instalada no país em virtude da eleição da chapa PSD-PTB, diga-se Juscelino Kubitschek/João Goulart, para presidência da República em 1955, cuja posse estava sendo contestada, sobretudo, em virtude daquele não ter atingido a maioria absoluta de votos na eleição para o cargo. Além disso, somam-se a esse fator acontecimentos antecedentes que culminaram com a morte de Getúlio Vargas; as alianças políticas do seu sucessor Café Filho; e, articulações entre membros do alto oficialato e das forças políticas da nova situação.

Com o fito de melhor explicitar o alcance da abordagem da investigação e a fim de não se desperdiçar tempo em delongas argumentativas e sem conexão com o tema de fundo, mostra-se importante estabelecer o recorte temporal do presente tema, localizado entre os anos do início da redemocratização do país - pós Estado Novo em 1945 - e a posse de JK-Jango na presidência da República em janeiro de 1956. Assim, para a consecução do presente trabalho

¹ Com exceção da 1ª. intervenção, que se deu ainda antes da eleição de Eurico Gaspar Dutra em 02 de dezembro de 1945.

buscou-se abordar: os principais aspectos sociais, político e econômicos do Brasil, preliminares aos processos de redemocratização; os fatores que desencadearam os climas de instabilidade político-institucional durante e depois do governo Vargas, dando destaque para a sucessão presidencial de 1955; a reação à posse dos eleitos, o afastamento do presidente Café Filho e a posse do seu substituto constitucional; as articulações políticas e no interior das Forças Armadas para o golpe militar; e, a atuação das forças da legalidade e o(s) contragolpe(s) preventivo(s) capitaneado(s) pelo general Henrique Teixeira Lott.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratório-explicativa, sendo o método indutivo seu eixo diretivo. No tocante à técnica de investigação, assenta-se a pesquisa na coleta de dados na seara documental e bibliográfica. Cabe aduzir que foram utilizadas fontes de pesquisa primárias e secundárias, cujos conteúdos foram extraídos exclusivamente do periódico impresso *Tribuna da Imprensa*, bem assim de revistas de circulação semanal, disponíveis digitalmente em sites da internet, como também de material bibliográfico posto à disposição da comunidade acadêmica.

Em termos conclusivos, busca-se com a presente pesquisa explicar de forma clara e explícita, ou mesmo nas suas entrelinhas argumentativas, o que se classificou como sendo seu problema fundamental de investigação: A Novembrada ou O(s) Contragolpe(s) Preventivo(s) foi/foram um/uns acontecimento(s) político-militar de fundamental importância para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, na presidência e vice-presidência da República, restabelecer a ordem política-institucional até então ameaçada, bem como a estabilidade democrática. É o que se esclarecerá.

2 PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS PRELIMINARES AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

2.1 Aspectos Sociais

As mudanças políticas derivadas do fim do Estado Novo não alteraram significativamente os aspectos sociais do Brasil, tampouco produziram uma mudança brusca da posição do país na divisão internacional do trabalho. Mesmo com o crescimento das camadas urbanas e a expansão cada vez maior da industrialização, provocado por investimentos significativos da burguesia industrial no setor e o aumento do quantitativo e do nível de organização da classe operária urbana, não foi suficiente, *a priori*, para o país livrar-se da pecha de mero exportador de produtos primários.

Embora as elites agrárias tenham atingido o auge do seu domínio no campo social, político e econômico durante a República Velha, é de se observar que durante as guerras mundiais o processo de industrialização do país teve um crescimento bastante acentuado², dada a necessidade de abastecer o mercado interno, em face da crescente demanda, ante a escassez de produtos da indústria de bens consumo e de base para importação, sendo que os mercados externos elevaram o nível de importação de nossas matérias-primas e até mesmo de bens de consumo aqui produzidos, em virtude do estado de beligerância entre os principais países europeus, o que alterou de sobremaneira a capacidade da produção econômica interna.

Com a redemocratização seguiu-se esse processo, sendo que a burguesia industrial, ainda sem consciência de classe para lutar pelo poder político, cingindo-se apenas em pleitear créditos junto aos governos através das associações de classe, identifica-se e concilia-se com os interesses e posições das elites agrárias, pois mostra-se conservadora e autoritária, sem qualquer propensão na sua quase totalidade para a luta anti-imperialista ou mesmo reformas na sociedade, como a reforma agrária e reformas urbanas, por exemplo. Nessa linha de raciocínio:

A conciliação de classe é básica, a manutenção do *status quo* é fundamental [não houve ruptura]. Não se trata de questionar o poder e, sim, de aceitá-lo como existe. Por isto, a burguesia [mesmo adquirindo ascensão econômica durante a II Guerra mundial e no pós-guerra] continua, ainda, a se atrelar e a se identificar ao poder

² É bom observar que esse processo de industrialização vai ganhando participação cada vez maior na economia, sendo que a produção agrícola continua a ser a maior fatia do bolo da produção econômica, embora a participação da produção industrial tenha ano a ano se elevado em termos percentuais, refletindo, inclusive, na mão de obra do mercado. Ramos (1960, p. 34) apresenta um dado significativo do período: “No decênio 1940/1950, a mão de obra agrícola desceu de 64% para 57,7%, enquanto a mão de obra industrial, fomentando a urbanização, aumentou de 60%”.

oligárquico, mesmo quando este não é o mesmo que no passado. O modelo continua a ser a fórmula ideal (Carone, 1995, p. 143).

É oportuno pontuar que essa nova configuração econômica produziu mudanças nas oligarquias rurais, especialmente nos estados mais ricos, que mesmo continuando atrelado às tradições rurais, às suas ligações afetivas com a terra e ao domínio do poder político, teve a maior parte das novas gerações ligadas a atividades e interesses urbanos³ de forma muito mais proeminente. De outro lado, nas classes agrárias dos estados mais pobres da federação não se verificou essa mudança, o que não significa que não continuassem em consonância com os mesmos grupos dos estados mais ricos para a manutenção de seus interesses.

De outra parte, calha observar que nesse período, segundo Skidmore (2010, p. 117), "A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classe claramente mais complexa do que a existente durante o Estado Novo, especialmente em seus estágios iniciais". É que o pós-guerra e a redemocratização deram sequência ao processo de substancial industrialização e urbanização do país, pondo em destaque, dessa forma, alguns atores sociais: a burguesia industrial, a classe operária urbana, como já ventilado acima, e a classe média urbana.

Nesse contexto, a classe operária urbana, já gozando da tutela e das benesses da legislação social varguista, ganha demasiada importância, promovendo nas cidades urbanas um intenso êxodo rural (campo-cidade), não possuindo essas urbes infraestrutura para albergar o rápido e exponencial aumento do contingente populacional, ensejando, dessa forma, o surgimento de graves problemas de habitação, saúde pública e transportes. O eixo das decisões políticas também se desloca para as cidades em face desse novo cenário, no qual as reivindicações/manifestações da massa trabalhadora organizada em sindicatos são cada vez mais constantes (greves, atos públicos, paralisações na porta de fábricas), inclusive no que tange à manutenção dos direitos conquistados antes da redemocratização.

Da mesma forma, esse processo de urbanização/industrialização fez erigir uma classe média urbana composta por profissionais especializados (burocratas, profissionais liberais) que atuavam, sobretudo, na área de serviços, no ramo industrial e na administração pública. Sua área de atuação limitava-se aos setores urbanos e mais desenvolvidos do país.

A despeito da grande evidência dessas classes no tripé industrialização/urbanização/redemocratização, havia outros três setores (segmentos de classe) cujo peso relativo declinara desde 1930, embora sua importância não pudesse ser desprezada em 1950:

³ Grande parte dos capitais produzidos no meio rural por proprietários rurais e seus sucessores nas regiões mais ricas foram canalizados para o emprego em atividades urbanas, como a indústria e o comércio.

os cafeicultores, os comerciantes exportadores-importadores e os produtores de alimentos para o mercado interno (Skidmore. 2010, p. 119).

2.2 Aspectos Econômicos

No que tange aos aspectos econômicos do país, inicialmente é fundamental afirmar que, até o período de ocorrência das guerras mundiais, o Brasil tinha por vocação somente ser exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Entretanto, com o estopim desses conflitos bélicos, houve um redirecionamento no processo de produção dos países em conflito para atender internamente a um denominado “esforço de guerra”, reduzindo, assim, drasticamente a exportação de produtos manufaturados, embora mantendo a importação das matérias-primas coloniais aqui produzidas.

Diante desses acontecimentos, a partir da segunda década do século XX houve uma reorientação da economia brasileira no sentido da industrialização, devido, sobretudo, às dificuldades com as importações de produtos manufaturados, os excedentes de capitais devido ao aumento das exportações de matérias-primas e uma demanda de consumo interna reprimida. Sobre a evolução da industrialização⁴ no país, Silva (1992, p. 9-10) comenta:

Ocorreu então o esgotamento do modelo primário-exportador e a implantação da “industrialização substitutiva de importações”, ou seja, passava-se a produzir internamente o que até então era importado. Desenvolveu-se inicialmente uma indústria de bens de consumo. Mas os insumos da produção industrial ainda eram importados.

Com a II Guerra Mundial (1939-1945), ficava clara a vulnerabilidade da economia brasileira por não dispor de sólida indústria de base. No período que se seguiu à II Guerra Mundial, foram implantadas as indústrias de base – fontes de energia, siderurgia – que iriam consolidar a industrialização brasileira.

Outra questão de grande importância repousa no problema das estratégias para o desenvolvimento econômico⁵, temática que ganhou importância já no governo Dutra (1946-

⁴ “Entre 1930 e 1955 há um processo permanente de “substituição de importações”. As dificuldades para importar favoreceram as condições de produção interna, diminuindo a dependência quantitativa de produtos industriais externos. Ao se produzir alguns bens antes importados, o próprio processo de industrialização impôs a necessidade de importação de outros bens que, uma vez substituídos, ampliou e diversificou, gradativamente, a capacidade produtiva industrial”. Para mais detalhes ver, CASALECCHI, José Ênio. O Brasil de 1945 ao golpe militar: da República Liberal ao Golpe de 1964, Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango em busca de uma Cultura Popular. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

⁵ As estratégias de desenvolvimento econômico apresentavam-se em três fórmulas não perfeitamente acabadas, cada qual era uma espécie de levantamento/combinção de diagnósticos e uma receita política dotada de recomendações gerais; algumas delas carregavam em seus ingredientes as facetas do imperialismo ianque. Eis as fórmulas: neo-liberal, nacionalista-desenvolvimentista e nacionalista radical. Para maiores detalhes ver, SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

1950) e provocou veementes debates, considerando que o Brasil ainda não havia traçado um roteiro de direcionamento de sua economia.

O problema do desenvolvimento passou por vários debates. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada como um órgão de cooperação para levantamento e diagnóstico dos problemas que retardavam o desenvolvimento econômico nos países da América Latina, em seu relatório sobre a situação brasileira, ressaltava que a limitada capacidade de importação do Brasil criava um poderoso embaraço e impunha a necessidade de estabelecer estritas prioridades nas estratégias de política econômica. Em 1948, o Brasil e os Estados Unidos firmaram acordo para instalar uma Comissão Técnica Mista com o fito de retomar a cooperação econômica estabelecida pela Missão Cooke, criada durante o governo do presidente Roosevelt em 1943. Essa comissão teve poderes outorgados para analisar, sobretudo, os fatores que, no Brasil, tendem a promover ou retardar o desenvolvimento econômico. Em julho de 1949, as conclusões dos trabalhos da Comissão foram publicadas. Esse levantamento de dados ficou conhecido como “Relatório Abbink”, cujo nome reportava-se ao nome do chefe da delegação norte-americana John Abbink. Em linhas gerais esse relatório refletiu os pontos de vista neoliberais de Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões⁶, visto que relegou a um segundo plano a área da indústria manufatureira e focava-se mais por medidas financeiras e fiscais ortodoxas⁷.

Do ponto de vista interno, de forma mais nítida, a primeira efetiva tentativa de planejamento econômico em âmbito nacional⁸ foi observada em 1947, durante o governo Dutra. Diante da necessidade de coordenar os gastos públicos, em maio do mesmo ano foi lançado o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), um plano de administração quinquenal que visava coordenar a aplicação de verbas públicas em programas de saúde, alimentação, transporte e energia, cuja incorporação ao projeto de orçamento do governo federal deu-se em 1949, sendo que não alcançou a integralidade de suas diretrizes, dada a sua aplicabilidade incompleta, tendo sido abandonado no governo Vargas em 1951.

⁶ Chefe da delegação brasileira que participou da Comissão.

⁷ As imposições imperialistas do capitalismo internacional para o governo brasileiro continuar a contrair empréstimos a longo prazo, principalmente com instituições ou grupos capitalistas privados internacionais para financiar o desenvolvimento. Conforme o Plano Marshall (1947), formulado após a II Guerra Mundial, a reconstrução da Europa Ocidental e o desenvolvimento de suas colônias seriam financiados por capitais públicos do governo dos EUA. A América Latina, de forma geral, foi entregue à iniciativa de grupos internacionais de capitalistas privados que por aqui desejavam implantar ou expandir seus negócios conforme seus interesses.

⁸ O governo Dutra (1946-1950), em 1948, também criou a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco) e a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), numa tentativa de estabelecer o planejamento econômico em escala regional.

Ainda em dezembro de 1950, o governo norte-americano firmou outro acordo com o governo brasileiro para instalar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. Teve os trabalhos iniciados em 1951 e apresentou seu relatório de conclusão em dezembro de 1953. Os estudos sobre levantamentos técnicos e as sugestões para a intervenção política, formulados pela comissão tinham por objetivo, conforme consta em seu texto final “criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico” (Relatório CMBEUA, 1953 *apud* Skidmore, 2012, p.129). Uma de suas principais recomendações foi o estabelecimento de metas e diretrizes para importantes programas de investimento nas áreas de transporte e energia elétrica, verificados pela comissão como os dois principais gargalos da economia. Já nessa linha de planejamento, em 1951, durante o início do governo Vargas, foi lançado o Plano Lafer⁹: um plano quinquenal para novos investimentos em indústrias de base e nas áreas de gargalo, no caso transporte e energia, cujo aporte financeiro girava em torno de bilhões em moeda norte-americana. Esse plano implicava em uma política de importação de bens necessários ao desenvolvimento da industrialização (Skidmore, 2010, p. 129-130).

Também nessa linha, embora não exposto expressamente como plano de governo, Vargas em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional em 1951 delineia o que alguns autores chamam de Plano Geral de Desenvolvimento Econômico e Social. Uma série de medidas tratadas de maneira integrada, mediante coordenação e planejamento, que garantissem a execução por vários órgãos da administração pública em conexão, e voltados para o desenvolvimento das atividades industriais. Expondo ainda questões importantes, como as carências de infraestrutura, desenvolvimento da indústria de base, captação de recursos públicos e privados no exterior e ação das empresas estatais. Na seara social, o referido plano destacou a melhoria dos transportes e alimentação da população; em relação ao capitalismo internacional tratou de estabelecer condições para a entrada do capital externo, bem como em relação à remessa de lucros para o exterior.

No contexto de redemocratização, é de se observar que o acirramento das rivalidades capitalismo x socialismo durante a Guerra Fria provocou uma mudança de postura por parte dos governos norte-americanos em relação à América Latina. Houve um aumento significativo de investimentos do capital externo público e privado no Brasil para bancar o desenvolvimento de sua indústria de base e resolver os entraves no desenvolvimento de sua

⁹ Esse Plano foi elaborado pelo ministro da Fazenda do governo Vargas, Horácio Lafer e levou seu nome.

economia, que possuía uma infraestrutura deficitária em matéria de energia, transportes, estradas, por exemplo.

Do ponto de vista interno, o governo Dutra manteve-se em grande parte atrelado à fórmula de desenvolvimento neoliberal, eis que pautou a economia na forma dos postulados do liberalismo econômico e de acordo com cartilha dos grandes capitalistas internacionais para obter empréstimos em instituições financeiras, tendo fracassado no intento, tendo em vista a condição de nossa economia, de baixo índice de industrialização e ainda exportadora de matérias-primas. No governo de Getúlio Vargas vê-se uma postura mista: ora de joelhos para o imperialismo ianque para obtenção de empréstimos do governo norte-americano e de agências financeiras internacionais, mediante a obrigação de adoção de medidas econômicas ortodoxas, subjugando nossa soberania econômica; ora em guarda alta como um pugilista de boxe, adotando o nacionalismo econômico como uma forma de proteger setores estratégicos da economia, como, por exemplo, petróleo e energia¹⁰, não admitindo que o capital internacional atuasse em alguns setores sem seguir as regras estabelecidas pelo governo brasileiro que, como solução, promoveu a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista para operar nas áreas onde o capital privado, diga-se, as grandes multinacionais não tivessem interesse para realizar investimentos por ausência de perspectiva de lucros (também um viés desenvolvimentista denominado de nacional-estatismo), bem como em áreas estratégicas, onde também essas multinacionais não podiam atuar no controle acionário das empresas eventualmente criadas.

2.3 Aspectos Políticos

Combatido por todos os lados ao final do Estado Novo e considerando as pressões da sociedade civil realizadas por intelectuais, políticos e estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) para o retorno das liberdades individuais, fim da censura e restauração da democracia, Vargas toma a iniciativa do processo de redemocratização e, em 28 de fevereiro de 1945, promulga a Lei Constitucional nº. 9¹¹, deflagrando o início da redemocratização no país com a “realização de eleições para a Presidência da República e governos estaduais, definindo ainda o funcionamento do Poder Legislativo, assim como da legislação eleitoral, regulamentando a criação dos partidos políticos e o processo eleitoral”. (Casalecchi, 2016, p.

¹⁰ Como o caso da Petrobrás e a Eletrobrás.

¹¹ O interessante é que, dentre os vários “considerandos” dessa norma constitucional, um deles informa o seguinte: “considerando as tendências manifestas da opinião pública brasileira, atentamente consultadas pelo Governo”.

15). Estabeleceu ainda o prazo de 90 (noventa) dias para a fixação das datas de realização dos pleitos eleitorais¹².

Com a liberalidade de criação dos partidos políticos de âmbito nacional, vê-se rapidamente a criação um cenário de aglutinação de forças econômicas, sociais e políticas em torno das variadas siglas surgidas, considerando que em 28 de maio daquele mesmo ano foram fixadas as datas de realização das eleições presidenciais e para o parlamento – dia 02 de dezembro de 1945 – e para os governos e assembleias legislativas dos estados em 06 maio de 1946.

Dos partidos surgidos cabe destacar, conforme (Barros, 1990): 1) O PSD (Partido Social Democrático), criado por Getúlio Vargas, tinha por composição majoritária membros das elites agrárias dos estados, políticos que atuaram como interventores nos estados durante o Estado Novo, e industriais que prosperaram durante o regime anterior e que temiam o novo cenário político e suas liberalidades. Foi fundado em 08 de maio de 1945; 2) O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), teve sua composição inicial constituída por líderes sindicais, trabalhadores urbanos organizados ou não em sindicatos e funcionários do Ministério do Trabalho. Fundado por Vargas em 15 de maio de 1945, fez reunir uma grande massa de operários urbanos cuja legislação social agasalhou-os em seu manto protetivo e seguia em vigência. Essa participação política de operários, associada à urbanização crescente, promove uma mudança nos métodos de controle político, que já não eram mais tão eficientes como no meio rural. Nas cidades surgem grandes líderes políticos que passam a ter apoio dessa massa de trabalhadores e outros segmentos sociais que acompanham essa transformação. Vargas, por exemplo, aproveita-se do momento e faz o populismo¹³ ficar mais evidente no cenário político; 3) A UDN (União Democrática Nacional), composta por altos dirigentes de grupos financeiros, empresários, ex-militares, bacharéis, profissionais liberais e ideólogos de direita, além de socialistas, intelectuais, liberais históricos e oposicionistas importantes caçados durante o regime estado-novista, reunia em seu bojo setores bastante heterogêneos e ainda envolvidos na

¹² O Decreto-Lei nº. 7.586, de 28 de maio de 1945, também conhecido como Lei Agamenon Magalhães, cuidou, dentre outras matérias, de traçar as normas eleitorais para a realização dos referidos pleitos, fixando inclusive as datas.

¹³ Entre os anos de 30 e 60, amplia-se o chamado “populismo” no Brasil. **O populismo significa um tipo de prática política em que o líder faz apelo direto às massas, passando por cima de instituições políticas tradicionais, tais como partidos e parlamento, e acena com reformas e promessas mirabolantes para minimizar os problemas das populações desassistidas.** É importante notar que essas promessas são inviáveis e quase sempre não são cumpridas sob a alegação da existência de obstáculos intransponíveis ou inimigos externos e internos (como o imperialismo, p. ex.). O apelo direto às massas, com um discursos nacionalista e redentor mobiliza multidões e gera instabilidades (Silva, 1992, p. 10-11, grifo nosso).

luta anti-varguista, sendo predominantes os interesses antipopulares e elitistas. Foi fundada em 07 de abril de 1945.

Na formação dessa nova conjuntura político-partidária, na qual 12 agremiações foram organizadas, ainda possuía destaque o PSP (Partido Social Progressista) do líder político populista de São Paulo Ademar de Barros; o PR (Partido Republicano), portador de grande penetração regional no estado de Minas Gerais; e o PCB (Partido Comunista do Brasil), cuja legalidade fora restaurada na redemocratização e anistiado o seu principal líder político, Luis Carlos Prestes. Ademais, urge ainda aduzir que “a história brasileira de 45 a 64 caracteriza-se basicamente pela disputa entre esses [informados acima] grupos: UDN versus PTB, na maioria das vezes em aliança do PSD, ou vice-versa” (Silva, 1992, p. 14). E o grande beneficiário dessas alianças realizadas sem dúvidas foi o velho caudilho, visto que no PSD apresenta-se formalmente como seu presidente de honra, e no PTB, como líder de fato. Era como um duplo papel protagonizado por um mesmo talentoso ator numa grandiosa novela.

De outro lado, organizadas as legendas e colocadas as peças no tabuleiro da sucessão presidencial, dessa vez para a escolha do chefe do Executivo pelo voto direto, mediante sufrágio universal - o PSD lançou a candidatura do ex-ministro da Guerra do governo Vargas, general Eurico Gaspar Dutra; a UDN cerrou fileiras em torno do nome do brigadeiro Eduardo Gomes; e, o PCB fez escolha pelo nome do comunista Yedo Fiúza -, acomodado na cadeira presidencial Vargas observa atentamente as movimentações das peças e manobra para viabilizar-se como candidato, eis que ainda tinha o PTB e o apoio da classe trabalhadora como trunfo para legitimar sua candidatura. Nesse período desencadeia-se o chamado movimento “queremista”¹⁴ com grandiosas manifestações populares clamando pela sua permanência no poder e a convocação de uma assembleia constituinte. Eis uma análise do jogo sucessório da época:

[...] o chefe do governo, ao tender já em plena luta eleitoral para a convocação da Constituinte, compreendera que era escassa a receptividade nacional das duas candidaturas lançadas. A classe trabalhadora, que apoiava a política de Vargas e a sua permanência no poder, repelia a candidatura do sr. Eurico Dutra como garantia [...] da continuidade da obra de seu antecessor e mais ainda, a do sr. Eduardo Gomes, impopularizada pela distância que separava os homens da UDN da natureza de suas conquistas sociais mais autênticas (Ramos, 1960, p.48).

¹⁴ Na sua qualidade de grande articulador, Vargas incentivou o *queremismo*, uma série de manifestações das massas populares compostas na maioria por trabalhadores urbanos, militantes do PCB (o partido manifestou apoio à sua eventual candidatura) e articuladores sindicais trabalhistas para que lançasse sua candidatura nas eleições de 02 de dezembro. Também pleiteavam a convocação de uma assembleia constituinte sob seu comando, ostentando faixas com dizeres “*Constituinte com Getúlio*”; “*Queremos Getúlio*”.

É bem verdade que essa disposição das peças no tabuleiro do xadrez sucessório favorecia, indiscutivelmente, a entrada do velho caudilho no jogo. Entretanto, no mês de outubro daquele ano da sucessão dois fatos mudariam radicalmente seus planos.

O primeiro fato reporta-se à antecipação das eleições para governadores de estado, antes marcadas para serem realizadas em maio de 1946, foram antecipadas para o mesmo dia do pleito presidencial, de senadores e deputados. Essa manobra desagradou os membros da UDN, principal agremiação partidária anti-varguista, visto que não teriam tempo e nem como realizar “barganhas”¹⁵ para articular as candidaturas nos estados, uma vez que os cargos políticos ali eram ocupados por interventores indicados por Vargas, o que tolhia quaisquer tentativas de articulação para obtenção de apoio de lideranças por parte do brigadeiro Eduardo Gomes. Além disso, essa investida contra as regras eleitorais já postas causou grande problema a Getúlio Vargas, visto que o ministro da Guerra, general Góis Monteiro¹⁶, manifestou seu apoio, juntamente com a ala majoritária da oficialidade, ao candidato lançado pelo PSD, o que reduziu os espaços de Vargas para manobrar no jogo sucessório, considerando a ausência de apoio dos militares poderia inviabilizar sua participação¹⁷. A partir do momento em que Góis Monteiro decidiu que se respeitasse o calendário eleitoral anteriormente elaborado, iniciou-se um estremecimento de suas relações com a oficialidade, aliás, já desgastadas a certo tempo, antes mesmo do fim do Estado Novo.

O segundo acontecimento diz respeito a um erro político do próprio presidente que, ao nomear seu irmão Benjamin Vargas, o coronel “Bejo”, como era conhecido, para a chefia da polícia do Distrito Federal, cargo que era por tradição de indicação de confiança das Forças Armadas, provocou uma reação do general Góis Monteiro a ponto de reunir suas tropas e retirar Getúlio Vargas poder, forçando sua deposição. Eis o relato que segue:

A Deposição de Vargas, segundo sua filha Alzira Vargas. [O general] Cordeiro entrou no Gabinete de Getúlio bastante embaraçado, escoltado pelo General Firmo Freire, chefe da Casa Militar, e pelo ex-provável Chefe de Polícia, o indigitado e “perigoso” Benjamim Vargas. Transmitiu seu recado: os generais da situação, com o palácio cercado e as posições tomadas, faziam um apelo ao patriotismo do ditador para que se submetesse. Este respondeu simplesmente: “Preferia que os senhores me atacassem e meu sacrifício ficaria como um protesto contra esta violência. Já que é um golpe branco, não serei elemento de perturbação. Diga-lhes que não sou mais presidente da República e desejo retirar-me em meu Estado” (Silva, 1976 *apud* Bertolli Filho, 2003, p. 10).

¹⁵ A UDN não teria ainda uma bancada na Câmara Federal e no Senado para se articular em nível regional de forma mais influente.

¹⁶ O general Góis Monteiro foi o ministro da Guerra que ocupou a cadeira ministerial no lugar do gal. Eurico Gaspar Dutra, que se desincompatibilizou para concorrer à Presidência da República pelo PSD.

¹⁷ Nessa ocasião a UDN, juntamente com o Partido Republicano e o Partido Libertador, lança o Manifesto das Oposições Coligadas, em repúdio ao decreto de alteração da data do pleito eleitoral para governadores e promovem, ainda mais, a sua aproximação com as forças armadas para a deflagração de um movimento para deposição do presidente.

Estavam encerradas as diligências militares para a retirada de Vargas do poder. Dois dias depois, se recolheu para sua cidade natal, São Borja-RS, tendo ainda lançado sua candidatura pelo PSD ao senado pelos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, no primeiro golpe militar ocorrido durante a República Populista ou Liberal. Restabelecida a ordem institucional que estava sob ameaça, com o fim do Estado Novo, a cadeira presidencial passou a ser ocupada, em 29/10/1945, ainda que interinamente e por determinação dos chefes militares, pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), José Linhares, já que na Constituição de 1937 não era prevista a figura do vice-presidente da República.

No governo, José Linhares cumpriu a sua principal incumbência: agir como um magistrado para assegurar a tranquilidade na realização das eleições de 2 de dezembro, bem como transmitir o cargo, dando posse ao vencedor do pleito vindouro. Para tanto praticou algumas medidas fundamentais, como a revogação da norma varguista que antecipava as eleições dos governadores de estado para dezembro de 1945; e, a convocação legal da Constituinte, modificando a lei eleitoral vigente, tendo em vista que esta não dava poderes constituintes aos parlamentares que seriam eleitos em 02 de dezembro.

Uma vez restabelecida a ordem constituída e a pacificação política, um fato novo surgiu para dar novos rumos à eleição e até mesmo decidi-la: a formalização da aliança PSD-PTB, sob o beneplácito de Vargas. Nessa esteira, assim informa Barros (1990, p. 22-23, grifo nosso):

O silêncio de Vargas foi rompido em curtíssimo tempo. Extremamente assustados com a ampliação da campanha do brigadeiro Gomes, Dutra e os pessedistas não tiveram outra alternativa senão a de apelar ao trabalhismo para convencer o eleitorado popular. **Em 28 de novembro, Getúlio faz um veemente apelo à população,** conclamando todos a votarem em Dutra, esclarecendo que o candidato do PSD colocava-se 'dentro das ideias do programa trabalhista'. Isso, juntamente com o uso deslavado da máquina estatal da cerrada campanha do PTB (agora formalmente aliado ao PSD) contra o brigadeiro, acabou definindo o resultado eleitoral.

Com o pleito realizado e abertas as urnas em dezembro, Eurico Dutra (PSD) vence a eleição presidencial com uma ampla margem de votos, obtendo 55% da preferência do eleitorado. O candidato de UDN, brigadeiro Eduardo Gomes, conquistou 35% dos votos. Já o candidato Yedo Fiúza (PCB), cabalou 10% dos sufrágios (Silva, 1992, p. 15). Estava, assim, sepultada de uma vez por todas a ditadura varguista e consolidado de forma irreversível o início de processo da redemocratização do país.

3 DA BALA NO PEITO AO “CERCO DO CATETE”: A INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

3.1 O suicídio de Vargas: antecedentes e desdobramentos

Nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950, Vargas mais uma vez volta a ter assento na cadeira presidencial, desta feita eleito democraticamente através do voto popular. Concorreu ao pleito através da coligação PTB-PSP, esta agremiação última capitaneada pelo líder populista paulista Ademar de Barros¹⁸. Pelo PSD concorreu o advogado e político mineiro Cristiano Machado, visto no pleito como um candidato do governo, muito embora a maioria dos membros do PSD apoiasse seu concorrente, o ex-ditador gaúcho Getúlio Vargas, fato que praticamente esvaziou sua candidatura. A UDN, por seu lado, ainda nutrindo um forte sentimento anti-varguista, lançou mais uma vez o brigadeiro Eduardo Gomes¹⁹. Cabe lembrar que nesse pleito também concorreram candidatos à vice-presidência²⁰ em candidaturas apartadas, sendo eleito o deputado potiguar Café Filho, pelo PSP.

Temendo o retorno de uma ditadura no país com a volta de Vargas ao poder, setores da imprensa escrita e políticos da UDN realizaram uma virulenta campanha de ataques ao petebista²¹. Houve até mesmo quem perfilhasse a tese interpretativa da Constituição sobre a maioria absoluta²² de votos na eleição para o cargo de presidente da República, a fim de que o candidato possuísse a legitimidade necessária baseada no democrático critério da vontade da maioria para a posse no cargo. Era o temor diante dos assombros de um eventual retorno da ditadura estado-novista.

Com a posse realizada em 31 de janeiro de 1951, ainda sob o fogo cerrado da imprensa oposicionista de inclinação udenista e da própria UDN, Getúlio Vargas decide pela composição de um ministério com um vasto leque de forças políticas nele gravitando, com o

¹⁸ Ademar de Barros tinha nas massas urbanas e no discurso populista seu arrimo político. Por ser um líder político de São Paulo mostrava-se importante no jogo da sucessão presidencial, eis que aquele estado era um dos maiores colégios eleitorais do país. “Alto, grandalhão, espiritoso, autoritário e paternal como todo bom populista, Ademar de Barros ganhou fama como um dos políticos mais corruptos que o país já conheceu. Seu *slogan* era uma verdadeira obra-prima de cinismo: ‘Rouba mas faz’” (Barros, 1990, p. 27).

¹⁹ Após a apuração do pleito Getúlio Vargas obteve 48,7% do total de votos; enquanto os demais candidatos, o brigadeiro Eduardo Gomes e Cristiano Machado alcançaram, respectivamente, a margem de 29,7% e 21,5% dos sufrágios (Barros, 1990, p. 32).

²⁰ A Constituição Federal de 1946 trouxe como novidade a eleição do vice-presidente da República.

²¹ Nessa campanha não havia influência de facções militares em virtude de entendimento realizado com o general Góis Monteiro antes mesmo das eleições presidenciais (Barros, 1990, p.31).

²² Exigência de 50% mais um voto dos votos dos eleitores atribuídos aos candidatos.

fito de realizar um governo de congraçamento²³ entre essas forças, inclusive com a participação da UDN, que negou peremptoriamente o convite.

O governo inicia com Vargas tentando de todas as formas atrair a UDN para participar do seu governo. Utilizou-se de algumas estratégias para cooptar a legenda, porém desistiu na segunda metade do seu mandato e passou a aproximar-se mais do povo, eis que o nível de organização da classe trabalhadora urbana a essa altura já estava a almejar espaços de representação política, algo repudiado por facções políticas conservadoras.

Por outro lado, o viés econômico pautou-se desde logo no problema do desenvolvimento e da estabilização econômica (vide capítulo 2), com a adoção de medidas de planejamento econômico elaboradas pelo próprio governo (Plano Lafer, Plano Aranha e Plano Geral de Desenvolvimento Econômico e Social) e por burocratas estadunidenses através das conclusões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Aliado a isso, o governo adotou o nacionalismo²⁴ econômico mediante a implantação de políticas desenvolvimentistas, que consistia no investimento de capitais nacionais e públicos e privados estrangeiros, com ou sem associação com estes, em áreas que apresentassem perspectivas de lucro no(s) investimento(s), com a condicionante de não ferir os interesses fundamentais do Brasil²⁵. Essa medida última veio a resguardar o país da espoliação dos grandes trustes internacionais. Em posição diametralmente oposta, alguns setores conservadores da sociedade eram partidários de uma postura mais entreguista, conforme segue:

O nacionalismo não era a única opção para o desenvolvimento nacional. Uma importante parcela da sociedade, representada, sobretudo, por alguns setores conservadores que combatiam a herança política de Vargas, abdicava dos ideais de soberania econômica da nação e pregava adesão ao liberalismo e ao seu maior representante, os Estados Unidos. Era a burguesia nacional ligada ao capital internacional, que via a presença do capital estrangeiro como o melhor caminho para a industrialização (Carloni, 2012, p.45).

Apesar da adoção das medidas nacionalistas voltadas para o desenvolvimento do setor industrial e de infraestrutura, e o país, embora com boas reservas cambiais nos primeiros anos do governo e inflação ainda controlada, começa a dar sinais de desequilíbrio em suas contas. As tensões sociais decorrentes da elevação dos índices inflacionários e das

²³ Observa-se nessa atitude mais uma grande jogada do velho caudilho, visto que se investiu na condição de um democrata parcimonioso, sempre disposto a composições políticas para melhor atender aos interesses coletivos.

²⁴ É a partir do governo Vargas que a dicotomia nacionalismo x entreguismo (conservadorismo ou anticomunismo) vai ganhar destaque no debate político nacional.

²⁵ Um exemplo dessa postura defensiva foi a lei de remessa de lucros para o estrangeiro, formulada em janeiro de 1952, fixando em 10% (dez por cento).

manifestações deflagradas por várias categorias de trabalhadores por melhoria de salários²⁶ exigiram do governo medidas urgentes, notadamente na sua segunda metade.

Soma-se a isso o fato de que em janeiro de 1953 teve início o governo do presidente norte-americano Eisenhower, o qual adotou uma postura mais rigidamente anticomunista, especialmente no trato com os países do terceiro mundo. Também tratou de promover uma reavaliação na política externa do governo anterior, essencialmente no tocante à grande assistência realizada com capitais do tesouro americano. Seriam necessários incentivos para mudar o eixo desses investimentos para capitais privados norte-americanos, ante essa nova postura. Nesse mesmo ano foi extinta a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Diante desse cenário, nem mesmo a reforma ministerial de junho-julho de 1953, com destaque para a nomeação para a pasta do Trabalho de João Goulart, político da região da cidade natal do presidente. Sua nomeação foi vista com desconfiança pelos opositores do governo, eis que na cabeça deles Jango estava associado à ameaça de implantação de um regime sindicalista do tipo que Juan Perón criara na Argentina. Na pasta da Fazenda fora nomeado para ministro Oswaldo Aranha com a incumbência de lançar um programa²⁷ abrangente de combate à inflação.

Apesar dos esforços dos governos para melhorar a economia e retomar o crescimento, alguns acontecimentos ano de 1954 vai elevar a temperatura política a níveis insuportáveis.

Já em fevereiro, um grupo de 88 oficiais do Exército reunidos lançou o Manifesto dos Coronéis - um documento entregue ao Ministro da Guerra e endereçado a Vargas no qual manifestavam suas preocupações com o avanço do comunismo entre membros do governo, e reclamavam a falta de reaparelhamento da tropa com equipamentos e dos baixos soldos. Em março de 1954, o jornal *Tribuna da Imprensa* publicou uma denúncia relatando que o presidente Getúlio Vargas intentava instalar no país uma república sindicalista. Essa denúncia foi baseada

²⁶ Segundo Ferreira (2006, p.30), “em março de 1953, na capital paulista, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil declarou greve por melhoria de salários, sendo acompanhado logo a seguir pelo dos metalúrgicos. Também indignados com a situação, trabalhadores dos setores de vidro, gás, construção civil, calçados doces, conservas, tintas, cerveja e telefonia também paralisaram suas atividades. Como o movimento assumia uma dimensão de greve generalizada, e os confrontos nas manifestações com a polícia estavam se tornando cada vez mais violentos, os patrões resolveram acenar com um reajuste médio de 32% para as categorias em greve, representadas pelo Comitê Intersindical da Greve, constituído para dialogar com a classe patronal. Esses acontecimentos grevistas ficou conhecido como Greve dos 300 Mil”. Em outro viés, mostra-se importante observar as perdas do trabalhador com a falta de reajuste do salário mínimo que, por exemplo, teve seu último aumento em dezembro de 1951, sendo que empresários e muitos economistas da época afirmavam que o aumento deveria apenas acompanhar o aumento do custo de vida desde seu último reajuste. A inflação anual de 1954 foi na casa de 20,8%.

²⁷ Em outubro de 1953 o ministro lançou o Plano Aranha que se baseava numa severa política de controle de crédito e previa um novo sistema de controle das transações cambiais.

na informação de que em uma palestra o ditador argentino Juan Perón revelara que a Argentina, o Brasil e o Chile haviam assinado um acordo secreto no ano anterior, cujo objetivo era de resistir à interferência da participação estadunidense na economia e no processo político dos países que firmaram o Pacto ABC²⁸. O ex-ministro das relações exteriores da época dos fatos confirmou na imprensa que o presidente fora signatário do referido acordo à revelia, o que desencadeou uma feroz reação dos opositores do governo e da UDN, que chegou a protocolar um pedido de *impeachment* de Vargas no Congresso, porém o pedido não prosperou, sendo arquivado em junho. Em abril de 1954, os holofotes da imprensa voltam-se para o jornalista Samuel Wainer, proprietário do periódico a *Última Hora*, em um depoimento prestado à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instalada no Congresso Nacional por pressão dos udenistas, com o fito de investigar um empréstimo em 1951, para a criação do jornal, de montante vultuoso fornecido pelo Banco do Brasil ao referido jornalista, com rumores de que a ordem de autorização tivesse partido do Catete, considerando a prestação de auxílios muito laboriosos durante a campanha presidencial pelo mesmo. Em 1º de maio de 1954, o presidente assina o decreto de reajuste de 100% do salário mínimo, em contrassenso com a atual situação da economia, provocando algumas reações dos setores produtivos e da imprensa oposicionista.

Diante desse turbilhão de acontecimentos, a cada dia o governo se tornava mais instável. O plano de estabilização elaborado após a minireforma ministerial de 1953 não surtiu o efeito desejado, deixando irritados certos setores da economia e da classe operária urbana por falta de reajuste salarial. O decreto de reajuste do salário mínimo destinado a recompor as perdas da mesma classe não foi acompanhado de uma estratégia de mobilização e apoio por parte desse proletariado. Segundo Skidmore (2010, p.173):

O memorando dos coronéis em fevereiro e a campanha vingativa e exaltada da UDN tinham enfraquecido o mínimo de apoio da classe média de que o presidente necessitava. Sua mal sucedida política econômica também contribuiu para a insatisfação crescente, não apenas na classe média, mas também entre os industriais.

Também não houve uma tentativa de mover esforços para fortalecer o PTB com vistas às eleições parlamentares de outubro próximo, e a imprensa antigetulista seguiu seu intenso bombardeio ao presidente e ao governo, principalmente nas páginas do jornal *Tribuna da Imprensa* de propriedade do combativo jornalista e deputado federal Carlos Lacerda, alcunhado de “o Corvo”²⁹, referindo-se àquele como: “protetor de ladrões”, “caudilho e

²⁸ O Pacto ABC foi firmado em 25 de maio de 1915 entre Argentina, Brasil e Chile.

²⁹ Apelido foi originado de uma charge do cartunista Lan, publicada no jornal *Última Hora* em 25 de maio de 1954. Ao participar do velório do cronista policial Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, no dia 22 do mesmo mês, Samuel Wainer, no meio de vários jornalistas e autoridades deparou-se com a figura do jornalista Carlos Lacerda todo vestido de preto postado em frente à urna funerária e escorrendo lágrimas dos olhos. Em tempos depois, descreveu

golpista”, “desonrado e inepto”, “corruptor e abjeto”, “protetor da impunidade dos negociastas”; e, ao governo, como eivado de “imoralidade” e um “mar de lama” com a corrupção desenfreada em seus círculos e etc.

Nessa perspectiva, tornara-se evidente um ambiente de conchavos e conspirações contra Vargas e seu governo. Passaram a firmar posição contra o presidente, influentes industriais, banqueiros, militares e políticos udenistas. Na seara parlamentar a “conspiradora” e “golpista” UDN fazia oposição, destacando-se o deputado federal Carlos Lacerda, que se insurgia contra o presidente e seu governo com demasiada fúria em discursos no Parlamento, e com sua talentosa pena jornalística em matérias do seu periódico diário. Nesse último ponto, o jornalista Samuel Wainer destacava que quase toda a imprensa atacava diariamente as ações do governo e a figura do presidente, exceto o jornal de sua propriedade Última Hora, fundado em 1951. Segue importante observação constante em seu livro de memórias:

[...] atravessamos o primeiro semestre de 1954, a caminho do dramático epílogo que viria em agosto. Pressentíamos que o cerco se fechava progressivamente, mas não podíamos prever a extensão da tragédia. Embora o Congresso fosse hostil e o isolamento político do presidente da República ficasse mais e mais evidente, julgávamos que, com a antecipação do debate em torno da sucessão presidencial³⁰, as atenções seriam desviadas para outros alvos e Getúlio chegaria sem muitos sobressaltos ao fim do seu governo. Essa esperança começou a morrer quando, na noite de 5 de agosto, um tiro ecoou numa rua de Copacabana (Wainer, 1993, p.198).

A elevação do tom dos ataques ao presidente fez com que Lacerda tomasse medidas de precaução para proteger-se de eventuais complôs contra sua vida – já havia escapado de vários atentados e conseguiu uma escolta permanente de oficiais da aeronáutica.

No entanto, na madrugada do dia 05 de agosto de 1954, por volta das 12h45min, o inimigo e opositor mais acérrimo do governo Vargas sofreu uma tentativa de assassinato a tiros na porta do prédio onde morava, na rua Toneleros, no bairro carioca de Copacabana. O matador de aluguel errou o alvo, ferindo sem gravidade o pé do jornalista com um projétil disparado, todavia, feriu de morte o major da FAB (Força Aérea Brasileira) Rubens Florentino Vaz, que fazia parte da equipe que se revezava na escolta do líder oposicionista e o acompanhava naquela noite fatídica, visto que ambos e seu filho Sérgio retornavam de uma palestras no bairro da Tijuca. Lacerda ainda saiu no encalço do atirador empunhando seu revólver e efetuando disparos, porém não conseguiu uma boa distância para alvejá-lo, deixando-o evadir-se pelas

ao cartunista Lan o que lhe lembrara a figura de Lacerda na ocasião, pedindo ao mesmo que caracterizasse o seu desafeto como um “corvo” à beira de um caixão (Mendonça, 2002, p. 146).

³⁰ Como não havia previsão de reeleição para a presidência da República na Constituição de 1946, os debates sobre a sucessão iniciavam-se de forma bastante antecipada, já no segundo ou terceiro ano de governo. Em 1953, por exemplo, o líder progressista, Ademar de Barros, lançou sua candidatura à sucessão presidencial.

ruas transversais do bairro. Em seu livro de memórias o jornalista, vítima do atentado, assim descreve os acontecimentos:

Uma noite, fui fazer uma conferência no Externato São José. Que deveria ir comigo era o Borges, mas como eles se revezaram – Borges tinha que fazer hora de vôo, no Campo de Afonsos – telefonou ao Rubem Vaz pedindo que ele fosse comigo naquela noite. Fomos à conferência o Sérgio, meu filho que tinha 15 anos, o Vaz e eu. Correu tudo bem, os padres muito simpáticos, os alunos com aquelas perguntas... A *Última Hora* tinha virado assunto, o financiamento do Banco de Brasil era assunto do debate. Os alunos ginásianos do São José discutiam o Banco do Brasil (contrato, papel) e sabiam das coisas, ou pelo menos queriam saber.

Sáímos e fomos para casa, na rua Toneleros. Estávamos na madrugada de 5 de agosto de 1954. Chegamos; o prédio onde eu morava tinha uma calçadinha com dois canteiros e uma subida que permitia aos automóveis parar bem em frente à porta do edifício [...]. Fiquei conversando com o Rubem Vaz que, de todos eles – a coisa trágica da vida -, era o mais ponderado e o menos exaltado. De vez em quando dizia para mim: “Carlos, você está exagerando um pouco nos ataques, modere um pouco, acho que faz mais efeito. Não se exalte tanto”. Era de todos o mais ponderado, o que me aconselhava mais moderação. Eu explicava: se não fosse violento, a campanha não teria efeito. O país ainda estava muito insensibilizado. Era preciso sacudir o país [...]. Naquela noite, ficamos conversando no automóvel; o Sérgio atrás, nós dois na frente. O automóvel parado junto ao meio-fio, em frente à minha casa. Ele não subiu a rampa, ficou parado junto ao meio-fio, diante do edifício [...].

Saltei com o Sérgio [do automóvel]. Quando saltei... sempre a desgraça de perder a chave. Acho que vem daí esse negócio de perder a chave (procurei a chave da porta da rua. Não Achei). Aí me lembrei que tinha a da garagem, uma porta pantográfica. Me encaminhei para lá, fiz um percurso um pouco maior. Junto à porta da garagem tinha um muro, que atravessava a calçada, separando nosso prédio do vizinho [...].

Quando me virei para trás, para dizer adeus ao Vaz, vi um sujeito com chapéu desabado, um mulato atravessar a rua. Estava parado do outro lado, e surgiu por trás do automóvel a uma distância de uns três metros do carro. Achei muito estranho aquele negócio, àquela hora da noite – meia-noite e tanto, uma hora, por aí -, o sujeito parado ali defronte, de repente atravessar e ficar atrás do automóvel. Mas foi uma coisa instantânea, muito rápida. Uma dessas coisas que passam como um relâmpago na cabeça da gente. Imediatamente ele abriu o paletó, sacou uma arma e começou a atirar.

Eu tinha o tal revólver de cano curto, para tiro a queima-roupa (não gostava de andar armado, mas naquela época era preciso). Eu o levava no bolso da calça, porque ele era pequeno e cabia ali. Na hora pensei no revólver, mas o Sérgio se agarrou em mim. E o assassino atirando [...], Nessa altura senti um negócio no pé. O pé esquerdo pesando, uma dor violenta. Quando olhei, estava saindo sangue pelo cordão do sapato. ‘Que diabo, fui atingido aqui no pé’. E não vi mais o Vaz.

Entrei correndo na garagem, para buscar o socorro e para livrar o Sérgio [...]. O bandido estava já a uma certa distância, na esquina da Rua Paula Freitas com Toneleros. Comecei a atirar nele, mas a tal arma não tinha muito alcance e eu não tinha muita mira [...]. Dei esses tiros e, de repente, quando olhei, atrás do automóvel, vejo um corpo caído. Era o Vaz (Lacerda, 1978, p. 130-132).

Realizada a apuração dos fatos em inquéritos instaurados pelo Ministério da Justiça e pela Aeronáutica chegou-se à identificação do mandante e dos autores do fato delitivo. O assassino foi capturado e, sob interrogatório, revelou sua ligação com funcionários do Palácio do Catete. Aprofundadas as investigações foi descoberto que os autores do atentado estavam

ligados a Gregório Fortunato³¹, chefe da guarda pessoal do presidente Vargas, que não teve sua participação direta comprovada ou qualquer envolvimento na trama delitiva, porém a UDN e um grande número de membros do oficialato passaram a exigir a renúncia do presidente.

Diante das evidências, os militares de alta patente Juarez Távora e Eduardo Gomes, falando por um grupo de oficiais, solicitaram audiência com o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa e, na ocasião, exigiram que o mesmo pedisse a renúncia de Vargas, mas o general mais uma vez reiterou que seriam preservadas a ordem constituída e a estabilidade institucional.

Por sua vez, o vice-presidente da República Café Filho, no dia 21 de agosto, sugeriu ao presidente uma fórmula para dar cabo ao clima de instabilidade política e pacificar os ânimos: a renúncia de ambos, a fim de que o Congresso elegeisse um sucessor interino para cumprir o restante do mandato presidencial. Vargas recusou de pronto à solução, comunicando ao político potiguar que não abandonaria o Palácio do Catete antes do fim do seu mandato, exceto “morto”. Dois dias depois, dia 23 de agosto, Café Filho fez pronunciamento no Congresso, através do qual declarou seu rompimento com o presidente, tornando ainda pública sua proposta de solução da situação política. Segue um trecho esclarecedor, extraído da referida alocução:

Tomei então a iniciativa de procurar o exmo. sr. dr. Getúlio Vargas. Fui levar-lhe não só as impressões recolhidas em contato com os chefes militares e os líderes políticos de maior responsabilidade, mas propor-lhe também uma fórmula concreta, que me pareceu capaz de abrir margem a uma solução alta e impessoal, em que, acima de quaisquer sentimentos pessoais ou partidários, se colocassem os sagrados interesses nacionais. Essa fórmula consistia na renúncia simultânea do presidente e do vice-presidente da República, de modo a permitir, de acordo com a Constituição, a eleição de um novo presidente, dentro de trinta dias, para o término do período presidencial (Silva; Carneiro, 1975, p. 31).

Os militares, expectadores cada vez mais próximos do cenário político, promovendo debates em seus círculos associativos³² sobre posicionamentos ideológicos adotados na política nacional, encamparam, de certo modo, alguns posicionamentos dicotômicos, sobretudo no que tange ao nacionalismo *versus* entreguismo ou conservadorismo.

E, ainda, apresentando-se como árbitros da ordem pública e garantidores do pleno e harmônico funcionamento dos poderes constituídos do Estado, tolhendo desvios que poderiam ser nocivos à tranquilidade pública e à paz social, frente à instabilidade institucional do momento (inúmeras denúncias na imprensa e no Congresso de desvios de condutas de

³¹ No mês de abril de 1954, Gregório Fortunato contratou o investigador de polícia Climério de Almeida, e Alcino Nascimento, pistoleiro profissional, para ambos executarem o jornalista Carlos Lacerda.

³² As entidades associativas das Forças Armadas eram: o Clube Militar (que congregava em maioria os membros do Exército); o Clube Naval (que reunia em maioria os membros da Marinha); e, o Clube da Aeronáutica (frequentado na sua maioria por membros da Aeronáutica).

membros do governo Vargas – envolvimento em corrupção e crimes de toda a sorte, como o que vitimou o major da FAB, Rubens Vaz –, flagrantemente destoantes da dignidade da função pública), foi que em 22 de agosto, um grupo de oficiais da Aeronáutica, liderados pelo brigadeiro Eduardo Gomes, divulgou um manifesto endereçado ao presidente da República exigindo a sua renúncia. O documento foi endossado ainda por figuras importantes do Exército e, ao recebê-lo, Vargas mais uma vez vociferou: “Daqui só saio morto. Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte”.

Também com o mesmo propósito, no dia 23 de agosto, 27 generais do Exército, sob a liderança de antigetulistas como Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, bem como generais denominados de “centristas” - Pery Constant Beviláqua, Machado Lopes e Henrique Lott -, lançaram um manifesto à nação no qual exigiam a renúncia de presidente Getúlio Vargas.

Estando em completo isolamento e apossado em face da crise³³, além de estar sem margem mínima para manobras políticas que revertissem o quadro de uma intervenção militar iminente, sem surpresa, às oito horas da manhã do dia 24 de agosto³⁴, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete e, através do general e ministro da Guerra Zenóbio da Costa, apresentaram um irrevogável ultimato ao presidente, exigindo imediatamente a sua renúncia ao cargo. Pouco tempo depois Vargas recorreu ao suicídio com um tiro no peito. Estava concretizado o segundo golpe militar após o restabelecimento da democracia no país. De acordo com Ferreira (2006, p. 40):

Ao saber do ultimato que recebia, ele recolheu-se aos seus aposentos. Suas alternativas eram mínimas: renunciava à presidência da República, à custa de sua desmoralização política, ou seria deposto por um golpe militar. Algum tempo depois, sua filha Alzira ouviu o estampido de um tiro. Vargas estava morto. Sobre um móvel do quarto, Amaral Peixoto, seu genro, encontrou uma carta, logo nomeada carta-testamento. Ao amanhecer, o país estarrecido tomava conhecimento desse texto pelos microfones da Rádio Nacional. Com o tiro no peito, Getúlio Vargas jogou com sua própria imagem a longo prazo. A vingança foi meticulosamente planejada: se seus inimigos o queriam desmoralizado politicamente, ele foi muito além, jogando seu

³³ Tancredo Neves, ex-ministro da Justiça do governo Vargas, em entrevista ao CPDOC-FGV, assim respondeu sobre a crise político-militar: “V.L. - Não fora o atentado de 5 de outubro, senhor acha que teria sido possível debelar a crise política? Com a morte de Rubens Vaz, a crise se transformou realmente numa crise de caráter militar, e a impressão é de que a partir daí os entendimentos políticos se tornaram inoperantes. T.N. – Em 5 de agosto a crise deixou de ser uma crise política e passou a ser uma crise militar. Aí realmente nós encontramos algumas semelhanças com todos os projetos que a CIA adotou na América do Sul em face de governos que ela desejava combater. Você vê, no Chile foi o assassinato do Schneider, que antecedeu a queda do Allende. Aqui no Brasil pegaram o major Vaz. Quer dizer, houve realmente assim uma certa... Era preciso juntar ao quadro o ingrediente emocional. E o ingrediente emocional só se atinge com um cadáver. Então foi o major Vaz, lamentavelmente, quem teve que dar essa contribuição” (Lima; Ramos, 1986, p. 35).

³⁴ Skidmore (2010) relata ainda que nas primeiras horas da madrugada do fatídico 24 de agosto, o presidente convocou todos os ministros para uma “sombria reunião”, na qual, após auscultar seu ministério, concordou em licenciar-se do cargo, porém que ficasse assentado que não aceitaria a renúncia definitiva sob qualquer hipótese. Levada a proposta ao conhecimento dos generais, esta não fora aceita. A hipotética licença haveria de ser permanente até completar o fim do mandato. O presidente recebeu o ultimato dos militares pouco depois das oito horas da manhã.

próprio cadáver nos braços dos udenistas, que, atônitos, não souberam o que fazer com ele.

Esse evento fatídico causou uma grandiosa onda de protestos populares e cenas de vandalismo em várias cidades do país, considerando que a proximidade de Vargas com as massas populares e os trabalhadores urbanos era tida como uma das características de sua práxis política. Essa reação popular surpreendeu a própria UDN e facções conservadoras de oposição ao governo, que viram frustrado o desejo de ascender ao poder utilizando-se de artifícios antidemocráticos, com a promoção de um clima de instabilidade político-institucional no país para provocar uma intervenção militar e colher benesses com um eventual governo em regime de exceção. As consequências desse fato também atingiram o líder udenista Carlos Lacerda, que precisou esconder-se e deixar o país na sequência, a fim de aguardar que os ânimos populares arrefecessem para depois retornar ao seu solo natal. Observou-se ainda que um grupo de populares enfurecidos promoveu um quebra-quebra na Embaixada dos Estados Unidos - provavelmente revoltada com eventuais imposições da política imperialista ianque, colidentes em alguns pontos com o nacionalismo varguista.

Mais uma vez, sem *animus* para investir-se na chefia da Nação, instalando um governo provisório para exercer a posse e o controle do poder político, ou mesmo, em face da extraordinária reação popular que o suicídio de Vargas ocasionou, a cúpula do alto oficialato assegurou o cumprimento das regras constitucionais vigentes e tacitamente aquiesceu ainda no fatídico, 24 de agosto, com a posse do vice-presidente Café Filho.

3.2 O governo Café Filho e a aproximação com as forças político-militares conservadoras

Empossado na mesma manhã do trágico evento que ceifou a vida do presidente Getúlio Vargas, como sucessor imediato de acordo linha sucessória definida no texto da Constituição de 1946, assumia em definitivo a presidência do país o então vice-presidente da República João Café Filho, político de grandes virtudes, afeito ao debate e à luta, habituado que era ao jogo do processo democrático, e acostumado às vibrantes lides partidárias no Parlamento³⁵, onde talhou maior parte de sua mentalidade política, não se impressionando jamais com intranquilidades inerentes aos seus embates, ou mesmo pelas divergências ruidosas daqueles que insistem em demonstrar preferências por regimes de exceção. Foi eleito na mesma chapa de Vargas em 1950, como parte de um acordo com o líder do PSP paulista Ademar de

³⁵ Exerceu dois mandatos no Legislativo Federal.

Barros, que seria supostamente apoiado como cabeça de chapa nas eleições presidenciais subsequentes.

Despachando inicialmente no Palácio das Laranjeiras, Café Filho começou a exercer suas funções de Chefe do Executivo sem uma base parlamentar que lhe desse sustentação no Congresso, uma vez que naquele momento a miopia coletiva provocada pelas paixões políticas ainda estava embaçando a visão dos espíritos públicos mais lúcidos e altivos. As alianças costuradas durante a eleição de 1950 haviam se rompido com a crise de agosto. O PSP não tinha uma numerosa representação no Parlamento e, isolado, não poderia dar o sustentáculo necessário para o governo que se iniciava. Diante da situação, o líder pessepeista e presidente nacional da sigla, Ademar de Barros, decidiu liberá-lo de quaisquer compromissos firmados até então, com o fito oferecer ao novo presidente tranquilidade na tarefa de composição do novo governo.

Com o intuito de garantir uma base de apoio político e adquirir sustentação para se prevenir de eventuais manobras políticas no Congresso – principalmente na Câmara dos Deputados –, assim como garantir a tranquilidade do seu governo e desarmar os espíritos mais exaltados em face dos acontecimentos do fatídico, 24 de agosto, o presidente decide por formar um ministério composto por forças conservadoras e antigetulistas. Para tanto, optou preferencialmente pela nomeação de ministros ligados à UDN³⁶ e seus aliados.

Os ministros civis que foram nomeados para compor o primeiro escalão do governo, incluindo ainda alguns cargos estratégicos, foram: Raul Fernandes (na pasta de Relações Exteriores); José Monteiro (na pasta da Casa Civil); Prado Kelly (na pasta da Justiça); Clemente Mariani (para a Presidência do Banco do Brasil, posteriormente substituído por Alcides Vidigal); Eugênio Gudin (na pasta da Fazenda); Gouvêa de Bulhões (na Superintendência de Moeda e Crédito - SUMOC); Lucas Lopes (na pasta da Viação); e, Costa Pôrto (na pasta da Agricultura) que não eram udenistas e foi indicação de aliados do governo.

Os ministros militares que foram escolhidos para coadjuvar o governo não fugiram à estratégia inicial de Café Filho. Dos escolhidos, “[...] somente o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, apontado para a pasta da Guerra, não se identificava com a UDN ou, até então, com qualquer partido político” (Carloni, 2012, p.55).

Sobre a definição do general Henrique Lott para chefiar o Ministério da Guerra, a historiografia apresenta-nos inúmeras versões de sua indicação, uma vez que se tratava da

³⁶ “Violentamente anticomunista, sempre contrária à ampliação dos direitos populares, inimiga mortal do getulismo, a UDN foi a significação plena do pensamento direitista brasileiro, descomprometido com as práticas democráticas, embora afirmando o contrário, golpista e autoritário” (Barros, 1990, p.20).

escolha de um “estranho no ninho” por não ter predileções por bandeiras partidárias e ser considerado um militar “apolítico”. Em sua obra intitulada “História do Brasil, volume quinto”, escrita ainda na proximidade dos fatos, (Thomás; Azevedo; Carvalho, 1964, p. 16) apresentam uma versão pitoresca acerca da escolha do referido militar para ocupar o cargo:

Em 27 de agosto de 1959, no ministério da Guerra, o General Henrique Lott referiu-se ao pormenor de sua escolha para o cargo. E declarou: “Foi uma imensa surpresa que recebi o convite para ser o Ministro da Guerra de Café Filho. Sei de várias hipóteses a respeito de minha nomeação, entre elas a de que o Sr. Café Filho teria aberto o Almanaque do Exército, fechado os olhos e deixado o dedo cair numa página, para ver então que eu existia. Outra, a do próprio ex-Presidente, de que teria procurado dentro dos quadros do Exército um general sem ligações com grupos [com inclinações políticas] que nele predominavam. E achou meu nome.

Essa postura apolítica do general Lott era decorrente da formação militar de grande parte do oficialato de sua geração – o chamado soldado profissional -, sendo a política algo rotineiro no seu cotidiano e da qual deveria manter-se alheio e desinteressado das paixões que ela desperta.

Os demais cargos nos ministérios militares foram ocupados pelo brigadeiro Eduardo Gomes (Ministério da Aeronáutica); almirante Eduardo Jordão Amorim do Vale (Ministério da Marinha); e, o general Juarez Távora (no Gabinete Militar da Presidência, acumulando também com o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e o de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA).

De outra parte, analisando a formação e a composição das forças políticas do ministério do governo Café Filho, (Silva; Carneiro, 1975, p. 28) destacam que:

A herança que Café Filho recebia de Getúlio Vargas era bastante pesada. O novo presidente encontrava-se entre duas forças: de um lado a pressão do antigetulismo, sediado entre as elites e na classe média, de outro, o ressentimento das camadas populares, a dos humildes de Getúlio Vargas e que funcionavam, então, mais do que nunca, sob o estímulo do mito getuliano. Não era fácil organizar um Ministério, naquela altura, quando as paixões ainda estavam muito vivas. Contrariando sua raízes populistas, Café Filho escolheu um Gabinete nitidamente conservador. Foram muitas as críticas que recebeu e ainda recebe até hoje. Embora tivesse declarado ter obedecido ao critério de atender às diversas correntes políticas e às diferentes regiões do país, visando à harmonia e à ordem da nação, foi acusado de se deixar guiar pela UDN.

No curso restante do governo, em face de sua composição mais conservadora, o presidente seguiu uma linha mais ortodoxa na seara da economia. O país continuou lidando com os mesmo problemas: inflação alta e falta de crédito. No início de setembro foi sugerido ao presidente por diversos partidos da Câmara a realização de um levantamento da situação econômica e financeira do governo federal, tendo em vista o lastimável legado deixado pelo governo anterior, o que exigia a adoção de medidas urgentes para evitar responsabilidades futuras do representante do Executivo.

A despeito das questões econômicas, tratou o presidente de conduzir tanto as eleições parlamentares de 03 de outubro de 1954 como a sucessão presidencial de 1955, agindo nesse mister como um autêntico democrata e demonstrando invejável desprendimento, espírito público, equilíbrio e equidistância das forças políticas que nelas disputavam, embora com essa postura, em relação ao pleito eleitoral de 1954, estivesse contrariando os interesses udenistas, que pleiteavam o adiamento das eleições daquele ano, por entender que o suicídio de Vargas pudesse produzir danos ao seu capital político. De acordo com Basbaum (1976, p. 211):

[...] as eleições se lhe apresentavam agora como um estorvo. Não somente pelo clima psicológico causado pelo suicídio de Getúlio e pela sua carta-testamento, mas porque não teria tempo suficiente para desmontar a máquina política do presidente morto e preparar a sua própria. Começava assim a UDN uma campanha para o adiamento das eleições [eleições legislativas de 1954]: a atmosfera não lhe era propícia, sentia-se ainda no ar o cheiro do cadáver.

Sem quaisquer incidentes e adiamentos, as eleições legislativas de outubro foram garantidas pelo governo e realizadas de acordo com o calendário eleitoral previamente estabelecido na ocasião³⁷. Koifman (2019, p. 13) assim explicita:

Com as eleições legislativas previstas para 3 de outubro de 1954, políticos [...] buscaram articular o adiamento do pleito junto ao presidente. [...] Em nome da normalidade do sistema democrático e do respeito à Constituição, Café Filho declinou da ideia de o governo se mobilizar para protelar o sufrágio. No dia da votação, declarou que o mais importante era cumprir o calendário eleitoral conforme o estabelecido previamente, e que seu governo se colocava acima dos partidos, ‘para melhor servir à Nação’.

Sobre os números das eleições parlamentares, contata-se que petebistas e pessedistas auferiram razoáveis ganhos, com o aumento de suas bancadas na Câmara dos Deputados, passando de 51 para 56 e 112 para 114 deputados federais, respectivamente. Já os udenistas obtiveram significativa redução na sua representação política no Parlamento, passando de 84 para 74 parlamentares. Eis os desdobramentos da crise.

3.3 A sucessão presidencial e a eleição da chapa PSD-PTB

Passadas as eleições legislativas de 1954 e, computado os resultados, não tardou para que as eleições presidenciais, marcadas para ocorrerem em 03 de outubro do ano vindouro,

³⁷ Para Rocha Netto (1961, p.19), “[O presidente Café Filho] ganhou a primeira batalha. Restabeleceu a ordem sem apelo à exceção do sítio. E realizou eleições gerais, quarenta dias depois da tragédia de 24 de agosto, vencendo uma multidão de solicitações para que se adiasse a manifestação das urnas. Pôs ordem na desordem. Arrefeceu convulsões em perspectiva. Tentou uma nova fase da política brasileira”.

se tornassem o centro dos debates, considerando que as correntes políticas até então estavam com “um olho no peixe e outro no gato”.

Em uma de suas falas semanais no programa de rádio Voz do Brasil, ocorrida em 27 de janeiro de 1955, o presidente Café Filho faz alusão a um manifesto³⁸ que lhe fora entregue de forma secreta pelos chefes militares, discorrendo sobre sua posição pessoal e do governo acerca da sucessão presidencial em face das ideias nele expostas. Afirma o presidente seu propósito de manter no curso da campanha uma posição de imparcialidade por entender que no período de escolha de um novo chefe de Estado a função presidencial deve adquirir alto sentido de magistratura, posição essa necessária ante aos choques partidários. Além disso, visava a atingir uma causa maior que era a pacificação nacional - situação premente no momento e preocupação principal do documento em apresentação. Por fim, enfoca o sentimento de dever cívico para a solução do impasse e faz elogios à posição dos militares diante do referido “problema”.

Por derradeiro, dentre os vários argumentos alinhavados em sua fala, perfilha a tese da união nacional, com a escolha de um “candidato único ou de consenso”, por considerar que somente através de uma candidatura ungida por todo o espectro político atuante no seio da República poderia devolver a tranquilidade das instituições e ceifar quaisquer ameaças de ruptura da ordem constitucional vigente, reafirmando, assim, sua posição de mero condutor da sucessão presidencial. Eis o seguinte trecho do seu pronunciamento:

Os prenúncios de uma sucessão convulsionada surgiram desde que foi indicada, por um partido, uma candidatura³⁹, sem maiores entendimentos com as outras forças políticas. Simultaneamente, irrompem sintomas, em cujo mérito não me cabe entrar mas a que muitos atribuem o propósito de restaurar a ordem de coisas encerrada tragicamente a 24 de agosto de 1954.

[...] a ideia de união nacional não encerra senão o desejo de evitar a extrema divisão das forças políticas, dando margem a uma coligação, capaz de assegurar o ritmo normal da administração e a continuidade das instituições democráticas, num período

³⁸ O documento é datado de 23 de dezembro de 1954 e possui ao todo nove signatários de todos os ramos das Forças Armadas. Segue um trecho: “23 de dezembro de 1954. Exmo. Sr. Presidente Café Filho. Profundamente preocupados com os perigos que certamente advirão, em meio à grave crise econômico-social que atravessa o país, de uma campanha eleitoral violenta, os chefes militares das três Forças Armadas, mais diretamente responsáveis, perante V.Exa., pela preservação da ordem e tranquilidade públicas, elevados pelo fato de em todos os momentos da crise nacional, a elas, sistematicamente, se têm dirigido os anseios populares para soluções capitais, sentem-se no dever moral de encarecer, junto a V. Exa. A necessidade de um apelo do Governo da República a todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica, que permita a solução do problema da sucessão presidencial, em nível de compreensão, em espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional. [...] declarar que não os move qualquer desejo de ver aceita a candidatura de um militar [...]. [...] nem encararão como conveniente o lançamento de suas candidaturas nas circunstâncias atuais. Esperam, assim, os chefes militares signatários desta, que um apelo sincero, feito pelo mais alto magistrado da nação, encontre eco em nossas elites políticas [...]” (Silva; Carneiro, 1975, p. 39).

³⁹ Foi realizada pelo PSD a escolha do nome do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para ser o candidato do partido à Presidência da República, em reunião do Diretório Nacional ocorrida em 25 de novembro de 1954.

crítico de transição, agravado pela ação dos agitadores, muitos dos quais a serviço de interesses estranhos ao Brasil (Silva; Carneiro, 1975, p. 40-41).

É nesse clima de “amenidades” e de busca de consensualidade que se iniciam as articulações para a definição do cenário da sucessão presidencial.

Sem atender aos apelos dos chefes militares e do presidente Café Filho⁴⁰, o PSD de forma bastante antecipada já havia escolhido em reunião do seu Diretório Nacional o nome do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para concorrer pela legenda. Sua candidatura foi homologada em 11 de fevereiro de 1955, em Convenção Nacional do partido⁴¹. A candidatura de JK foi idealizada inicialmente por Osvaldo Aranha, líder do PTB, que procurado aquele através do ex-ministro da Justiça do governo Vargas, Tancredo Neves, e falando em nome deste disse-lhe ser o seu nome o único com capacidade para resolver o problema das próximas eleições - um candidato forte e com coragem para enfrentar os obstáculos que daí surgiriam -, e fazer uma sucessão que teria o agrado de Vargas, pelo que seria preciso que o PTB e o PSD se reunissem (Silva; Carneiro, 1975).

Imbuído desse propósito, o PTB, até então órfão do seu líder Getúlio Vargas, porém herdeiro do seu legado político, que possuía no eleitorado urbano o seu nicho principal – setores do operariado urbano e sindicatos -, opta por não lançar candidato próprio à presidência. Apostando na liderança do ex-ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart, os dirigentes do partido visando fortalecer a legenda deliberaram por articular uma aliança com o PSD, partido de maior bancada no Congresso Nacional, para tanto indicariam Jango como candidato à vice-presidência - o lançamento da candidatura de João Goulart e a oficialização da coligação com o PSD foi homologada na Convenção Nacional do PTB, ocorrida entre 18 e 20 de abril de 1955 -. Eis uma análise sobre essa aliança:

JK conseguiu reunir as duas forças políticas identificadas com o getulismo: o PSD, que tinha grande força nas cidades do interior do país, e o PTB, que tinha seu eleitorado no meio urbano. Todavia, ao mesmo tempo em que a aliança fortalecia sua candidatura, ela era elemento para instabilidade, uma vez que círculos militares e civis

⁴⁰ Segundo Carloni (2012, p.61): “O próprio presidente da República, em reunião com JK – dias antes de divulgar à nação o manifesto dos chefes militares -, teria avisado o candidato da contrariedade de sua candidatura nos meios militares e da possibilidade de intervenção. O encontro teria terminado com um diálogo ríspido. Quando Café Filho perguntou ao governador de Minas qual seria a sua atitude diante do apelo dos militares, o candidato teria respondido irritado: ‘No dia em que o governador de dez milhões de brasileiros, em ordem com todos os preceitos legais e ainda por cima indicado pelo partido de maior eleitorado político do país, não puder se candidatar, acabou-se a democracia no Brasil’”.

⁴¹ Importante esclarecer que a tese do candidato da união nacional caiu por terra, conforme diz Viana Filho (1983, p.20): “Também não deve ser esquecido que, havendo Juarez Távora desistido da candidatura [em face do Manifesto dos Chefes Militares], o nome do Sr. Etelvino Lins [liderança do PSD de Pernambuco] despontara como um nome capaz de se tornar um virtual candidato de conciliação, dada a densidade das forças antijuscelinísticas dentro do PSD. Foi, porém, uma rosa de Malherbe. Do mesmo modo que falharam as articulações em torno do Sr. Carlos Luz [deputado federal]. Sem demora, Juarez Távora retomou a candidatura, e a ideia de união nacional se desfez como bolha de sabão”.

conservadores⁴², além de associarem os trabalhistas à política de Vargas, condenavam a aproximação com os comunistas (Carloni, 2012, p. 63).

Ultrapassado o dia 03 de abril, prazo fatal para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos no Executivo que aspiravam concorrer nas eleições de 03 de outubro, observou-se uma definição mais nítida do quadro da sucessão presidencial.

Por seu lado, a UDN, após inúmeras e infrutíferas tentativas de desarticular o PSD de JK, com a formação de uma chapa que albergasse um candidato que representasse a união nacional, apoiado pela sigla e setores dissidentes do PTB, PSP, PR e mesmo do PSD – chegou a lançar o líder do PSD pernambucano Etelvino Lins e especular o nome do deputado federal Carlos Luz -. Após uma barganha política⁴³ articulada pelo presidente Café Filho, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, que até então declarava ser candidato à presidência, marcando posição no jogo sucessório, desistiu do seu propósito e passou a apoiar a chapa Juarez Távora/Munhoz da Rocha, com apoio das forças políticas supracitadas. Eis aí o tão idealizado candidato da união nacional. Assim aduz (Silva; Carneiro, 1975, p. 78-79) sobre o desdobramento desses acontecimentos:

No dia seguinte do lançamento de sua candidatura, Juarez Távora toma conhecimento dos acordos firmados entre Café Filho e Jânio Quadros. E não aceita a fórmula, pois acha que poderá ser interpretada como condição indispensável para um apoio eleitoral à sua candidatura. E desmoronaram-se as esperanças de obter um candidato de união nacional. Nessa altura Jânio Quadros não podia mais ser candidato. A desistência de Juarez deu um aspecto de chantagem política ao acordo firmado [...]. Mais tarde, entretanto, Juarez Távora aceita sua candidatura⁴⁴ pelo PDC, UDN e PL [também pelo PSB], que fazem uma curta mas intensa campanha em seu favor [...]. Juarez apresenta-se com Milton Campos para a Vice-presidência. Munhoz da Rocha sentindo que lhe faltava o devido apoio partidário se afastara e fora nomeado ministro da Agricultura.

⁴² Não tardou para que a catilinária do jornalista Carlos Lacerda em seu jornal se voltasse contra a candidatura pessedista: “‘Tribuna da Imprensa’, o combativo jornal do Sr. Carlos Lacerda, em sua edição de 24 de fevereiro último, contou porque o Sr. Juscelino é um prevaricador: 1 - Como prefeito viveu negociando imóveis em Belo Horizonte. 2 - Vendeu a si próprio terreno da prefeitura: lucrou 300%. 3 - Forjou hasta pública para justificar o negócio. 4 - Comprou terreno por Cr\$ 177 mil, valorizou-o, como prefeito, e vendeu-o por Cr\$ 650 mil. 5 - Violou a lei e lesou o tesouro para dar a Araxá a Rolla [empresa]. 6 - Sem concorrência e fraudulentamente deu Pampulha à Ajax [empresa]. 7 - Forjou edital de concorrência para Ajax ‘construir’ estradas. 8 - Servindo-se da Prefeitura comprou por 1 milhão de cruzeiros o que valia quase 20 milhões. 9 - Novamente lesou o município para dar a um sócio e amigo terrenos que propiciaram lucro de mil por cento”. Segue o autor colacionando sua crítica pessoal: “O espantoso é como a prevaricação encontra defesa e defensores nos próprios prevaricadores. O Sr. Juscelino é hoje um homem riquíssimo, influndo nos destinos da nação e influenciado pelos grupos que praticam o abuso do poder econômico, proibido pela nossa Constituição, mas tolerado pela fraqueza e displicência de nossos governantes e parlamentares. Justamente porque representa a *linha do cadáver*, e porque fomentará o ressurgimento da quadrilha que oprimiu e ensanguentou o Brasil desde 1930, é que recebe o apoio das ‘viúvas’ [grupos getulistas] e dos ‘gregórios’” (Alves Filho, 1955, p. 11-12).

⁴³ Foi realizada um dia antes do prazo limite para eventual desincompatibilização do governador paulista e envolveu em troca algumas nomeações para cargos no ministério do governo Café Filho.

⁴⁴ De acordo com Carloni (2012, p. 64): “A candidatura de Juarez Távora, único militar na disputa eleitoral, conseguiu estabelecer-se diante da anulação do compromisso assinado pelos chefes militares no memorial divulgado por Café Filho em 27 de janeiro de 1955. [...] O general estabeleceu e retirou a sua candidatura por duas vezes [...]. Em maio, após acordos com o PDC e PSB, Juarez Távora lançou-se definitivamente à corrida presidencial, e somente recebeu o apoio da UDN em julho [...]”.

Para completar o quadro sucessório, o ex-governador paulista, Ademar de Barros, lançou sua candidatura para concorrer pelo seu partido, o PSP (Partido Social Progressista). Também se lançou como candidato o antigo líder integralista Plínio Salgado, pelo PRP (Partido da Representação Popular).

Definida a disputa, não tardou para que os ataques na imprensa contra a candidatura JK-Jango se intensificassem, visto que os grupos antigetulistas e conservadores estavam temerosos do retorno ao poder dos herdeiros políticos mais imediatos do espólio varguista. “Denúncias de corrupção que tentavam macular a imagem dos dois candidatos e propostas de soluções extralegais para sanear a política nacional começaram a circular gradativamente pela imprensa” (Carlioni, 2012, p.66).

Dentre os achaques e acusações, um dos mais graves ocorridos no período da disputa eleitoral foi o caso denominado de “Carta Brandi”. A referida carta, datada de agosto de 1953 e supostamente redigida pelo deputado argentino Antônio J. Brandi, tinha por destinatário João Goulart, ministro do Trabalho à época do governo Vargas. Sua existência foi denunciada por Carlos Lacerda em 16 de setembro de 1955, cujo conteúdo informava a existência de uma trama entre o então candidato a vice-presidente, João Goulart, e representantes do governo peronista argentino. Segundo o documento, ambos tinham por propósito implantar no Brasil, através de um movimento armado, uma “República Sindicalista”. Sobre as implicações desse fato cumpre colacionar abaixo:

Durante a campanha, não faltaram acusações e tentativas golpistas dos adversários desesperados, principalmente tentadas pela UDN. No dia 16 de setembro de 1955, o jornal de Carlos Lacerda, Tribuna da Imprensa, divulgava uma pretensa carta de um ex-deputado peronista, Antonio Brandi, datada de 5/8/53 ao então ministro João Goulart. A carta informava que ‘referente à mercadoria [armas] adquirida por V.Excia. na Fábrica Militar de Córdoba, posso lhe antecipar que já foram tomadas providências para que seja remetida via Uruguiana, como mercadorias alimentícias’. A perspectiva de Lacerda era criar um grande escândalo contra Goulart, acusando-o, a partir dessas informações, de estar tentando instalar uma “República Sindicalista” no Brasil desde 1953. Tratava-se de uma falsificação grosseira – como facilmente descobriu o Inquérito Policial Militar presidido pelo general Emílio Maurell Filho – e pouco imaginativa (Barros, 1990, p. 38).

Além disso, também foram presenciadas algumas tentativas de mudança da legislação vigente para atender às necessidades prementes de pacificação das disputas políticas, eivadas das tensões ainda decorrentes do fatídico, 24 de agosto.

Nesse ínterim, em mais uma tentativa de desarticular a aliança PSD-PTB, foi proposta uma reforma eleitoral, cuja matéria possuía como pontos centrais o estabelecimento da maioria absoluta para ser declarado vencedor do pleito presidencial (tese já derrubada nos

tribunais há quase cinco anos antes face à tentativa de impugnação da posse de Vargas), e a obrigatoriedade de adoção da cédula oficial de votação para as eleições de outubro, que passaria a ser confeccionada e distribuída somente pelo governo.

Após amplos e acalorados debates no Congresso, com a oposição dos partidos PTB e PSD, notadamente no que tange ao estabelecimento da cédula oficial, a única mudança aprovada foi exatamente sobre o estabelecimento da cédula única – o modelo padrão deveria constar o nome de todos os candidatos ao pleito, sendo facultativa a impressão e a distribuição, que poderia ser realizada tanto pelo governo quanto pelos partidos.

Também na seara normativa, chegou a ser apresentada no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional de autoria do deputado federal gaúcho Raul Pilla⁴⁵, que visava instituir o sistema de governo parlamentarista no Brasil, identificado pelo nome de “Colegiado”. Em reportagem da revista *Manchete*, em sua edição de 18 de junho de 1955, extraem-se mais detalhes em sua manchete: “Em Primeira Mão: Já está pronto o projeto do Colegiado. Elaborado por mestre do Direito e altas patentes das Forças Armadas, o importante documento transforma a Presidência da República no Conselho Executivo Federal⁴⁶ [...]” (*Manchete*, 1955, p. 7).

Essa fórmula de reorganização institucional tinha por propósito dar uma solução no atual impasse observado no plano político-partidário que tanto abalava a tranquilidade do país. Entretanto, em face dos interesses em jogo, alguns dos seus idealizadores à época acreditavam que dificilmente uma reforma constitucional desse naipe seria aprovada pelo Câmara e pelo Senado – a reforma seria a do capítulo “Do Poder Executivo” da CF/46 -, notadamente ante aos interesses políticos aguçados pela questão sucessória. Bem assim definiam os autores do projeto do Colegiado e aqueles que aquiesceram com a proposta: “uma emenda constitucional capaz

⁴⁵ Eis algumas impressões sobre a temática realizadas pelo parlamentar em discurso na Câmara Federal pronunciado em 16 de junho de 1953: “[...] Se a normalidade democrática é o governo parlamentar, a ele queremos simplesmente regressar. Sim, Sr. Presidente, com a reforma não nos vamos meter em nenhuma aventura, não vamos navegar ignotos mares. Nós, que ainda não conseguimos praticar o sistema presidencial, como confessam os seus defensores, já praticamos, com os melhores resultados, o sistema parlamentar. Somente o mais completo desconhecimento de nossa história política poderia, assim, explicar os alegados temores. Mas há mais e pior: há a torva conspiração dos interesses constituídos. Há os que temem, sim, a reforma; mas temem por si, não pelo País; temem pelas posições, que julgam asseguradas neste regime de irresponsabilidade; temem pelas ambições, que imaginam facilmente satisfazer neste clima de impunidade; temem pela corrupção, de que se alimentam e que não poderia em mãos menos hábeis, pararia ou assim não fosse, não se poderia explicar, Sr. Presidente, tão grande resistência oposta aos ditames da experiência universal e, mais do que isto, aos ensinamentos da nossa própria experiência, recolhidos em quase século e meio de vida independente. Tenho ouvido, Sr. Presidente, de alguns poucos, que, parlamentaristas em princípio, recusam o seu voto à Emenda por não confiarem que o atual Congresso esteja à altura do novo sistema de governo” (Pilla, 1980, p. 283).

⁴⁶ Seria composto por 09 (nove) membros: Nereu Ramos (presidente do Senado); Carlos Luz (presidente da Câmara dos Deputados); general Lott; brigadeiro Eduardo Gomes; almirante Amorim do Vale; general Canrobert Pereira da Costa; José Whitaker (ministro da Fazenda); José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal); e, pelo próprio deputado federal Raul Pilla.

de permitir ao Congresso e o Governo as reformas de base que o país está a pedir na sua estrutura política e econômica [...] os autores do projeto visam principalmente à reforma eleitoral” (Manchete, 1955, p. 8).

Resolvida e superada mais essa manobra legal que visava evitar uma provável vitória e posse dos herdeiros políticos e aliados históricos do varguismo na cadeira presidencial, e com o país ainda mergulhado numa tumultuada disputa na seara político-partidária, tendo por destaque a dicotomia getulismo *versus* antigetulismo, é que se processa o pleito eleitoral de outubro.

As previsões que a grande maioria da imprensa e os meios políticos prognosticavam se concretizaram de fato no dia 03 de outubro de 1955. Para presidente Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) saiu-se vencedor do pleito com 36% (trinta e seis por cento) dos votos, contra 30% (trinta por cento) de Juarez Távora (UDN-PDC-PSB); 26% (vinte e seis por cento) de Ademar de Barros (PSP); e, 8% (oito por cento) do ex-integralista Plínio Salgado (PRP). Para vice-presidente João Goulart (PSD-PTB) foi o vencedor com 44% (quarenta e quatro por cento) dos votos, contra 42% (quarenta e dois por cento) de Milton Campos (UDN-PDC-PSB) e 14% (catorze por cento) de Danton Coelho (PSP). Ver Barros (1990, p. 39).

4 ENTRE GOLPES E CONTRAGOLPE(S): A NOVEMBRA DA

4.1 As reações à posse de JK, as posições políticas no interior das Forças Armadas e o caso “Mamede”

Com as eleições realizadas, as urnas apuradas e o sentimento antigetulista ainda arraigado no íntimo dos inconformados com a vitória da chapa PSD-PTB, restaram apenas aos conspiradores de plantão encamparem o discurso da chamada “maioria absoluta” dos votos obtidos no pleito presidencial para alcançar a legitimidade necessária para ter posse no cargo. Algo completamente teratológico, diga-se de passagem, visto que a Constituição Federal de 1946 exigia de forma explícita e clara que seria declarado eleito o candidato que alcançasse a maioria de votos no pleito. Impende destacar que essa questão já havia sido superada em pronunciamentos de julgados do Tribunal Superior Eleitoral após as eleições presidenciais de 1950, na qual Vargas também não havia obtido maioria absoluta do votos. Eis a assertiva de Ramos (1960, p. 125):

Anunciados os resultados do pleito e sentenciada a derrota a candidatura do general Juarez Távora, a baderna golpista adquiriu uma feição apocalíptica mais ameaçadora. Sucediavam-se nas manchetes da imprensa entreguista afirmativas solenes e conclusivas dos chefes militares de agosto que Juscelino e Goulart não tomariam posse. Eduardo Gomes e Amorim do Vale assediavam a Justiça Eleitoral no sentido de firmar jurisprudência em torno da maioria absoluta. Recusando-se a intervir na área do Poder Judiciário e sustentando a legalidade da posse dos eleitos, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, representou no governo uma peça incômoda que precisava ser arredada.

Repisando esse discurso por variados órgãos da imprensa, como também nas hostes militares e no partido antigetulista derrotado nas urnas mais uma vez - a UDN⁴⁷ -, faltava apenas um fato político para que alguém ou algum grupo deflagrasse uma manobra política estapafúrdia, que era promover uma ruptura institucional com o fito de impedir a posse do presidente e vice-presidente eleitos. A despeito das manobras jurídicas tentadas no Judiciário e das acusações de que o pleito presidencial foi realizado sobre o império da fraude, e ainda, que os candidatos eleitos tiveram o apoio de comunistas, mostra-se importante explicitar a posição do jornal udenista *Tribuna da Imprensa* no artigo intitulado “Não podem tomar posse” sobre o evento, quando da investidura do presidente interino Carlos Luz no exercício da Presidência, em face do afastamento do presidente Café Filho por motivo de saúde:

A investidura do sr. Carlos Luz na presidência República não pode incorrer no mesmo equívoco cometido a 24 de agosto. É preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos

⁴⁷ Para Basbaum (1976, p. 216) “[...] essa derrota foi ainda mais dolorosa e sentida porquanto a UDN era governo e tinha o poder nas mãos e deixou-o escapar”.

srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esse homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse.

Os **chefes militares e civis** precisam afirmar esta verdade, respeitar êste imperativo da consciência nacional, manter êste princípio. Eles não tomarão posse.

Em 24 de agosto, por um excesso de zelo legalista, a nação ingressou por um caminho equívoco, que nos trouxe a esta situação em que nos achamos com todos os gregórios, novamente, às portas do poder para restaurar, no mesmo leito antigo, o ‘rio de lama e sangue’. A investidura do sr. Carlos Luz não pode permitir o mesmo equívoco. Precisa, antes, afirmar, por atos imediatos, que o sentido do seu govêrno é diferente, o sentido da moralização da democracia que só será afirmado evitando-se, por qualquer meio, a posse dos eleitos pela minoria absoluta (Tribuna da Imprensa, 1955, p. 1, grifo nosso).

Sobre a atuação político-institucional dos chefes militares, árbitros da legalidade e da ordem pública, urge realizar a uma sucinta digressão.

É importante inicialmente conceber que o Poder Militar no Brasil se apresenta como um problema histórico desde o século XIX. Nos tempos mais atuais,

alguns autores como Alfred Stepan, formularam a definição da instituição militar no plano político institucional como a executora de um papel moderador na política contemporânea do país, onde os militares seriam cooptados e atraídos para o apoio a posições dominantes, e chamados a intervir diretamente quando o civis não conseguiam solucionar satisfatoriamente uma crise política (Stepan, 1971 *apud* Barros, 1990).

Nessa esteira, observa-se que antes de 1964, um dos cuidados principais de um presidente eleito era montar seu “dispositivo militar” de apoio, sem o qual seus dias na cadeira presidencial estariam contados. Acrescente-se a isso o fato de os partidos estenderem sua ação de influência ideológica no Exército de maneira quase que institucionalizada. A UDN, por exemplo, alinhava-se de forma identitária com a organização militar denominada Cruzada Democrática⁴⁸, - criada em 1952, caracterizava-se pela oposição ao getulismo e ao que sua política representava; pregava ainda o irrestrito alinhamento do Brasil aos EUA. De outro lado, também foi criado, no início de 1955, o MMC⁴⁹ (Movimento Militar Constitucionalista) que defendia a legalidade com realização das eleições presidenciais e a garantia da posse do eleitos – o movimento era articulado em grande parte por oficiais do Exército e teve alinhamento direto com o PSD frente à situação de instabilidade política que se verificava no país, pós agosto de 1954.

O principal foro de debates sobre as tendências ideológicas existentes no interior das Forças Armadas à época era o Clube Militar, organização civil que congregava grande parte

⁴⁸ Esta organização esteve no controle da presidência do Clube Militar de 1952 a 1956.

⁴⁹ De acordo com Carloni (2012, p. 85): “paralelamente à hierarquia das Forças Armadas, duas organizações compostas por militares atuaram de forma ativa: O Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática. Eram movimentos ideologicamente opostos que congregavam, em sua maioria, oficiais das três Forças e agiam com alto grau de independência no meio militar. Pode-se afirmar que as duas organizações atuaram nas Forças Armadas como verdadeiros partidos políticos [...]”.

de militares do Exército, em princípio, o maior contingente das Forças Armadas do país à época, e de onde irradiavam os posicionamentos políticos dominantes no seio da oficialidade, incluindo-se nesse raio de influência os demais ramos das forças militares. Eis uma análise mais detalhada:

Desde sua criação em 1887 o Clube Militar tem sido um local de debates e de confronto entre tendências militares opostas. [...] suas eleições permitiram não só tomar o pulso à sociedade militar, mas também apreender o que se achava em jogo em suas lutas internas e sobretudo analisar *in vivo* o funcionamento dos ‘partidos militares’. A importância das eleições no Clube Militar para o poder civil, o caráter público de suas campanhas permitem compreender por que as questões debatidas são os grandes problemas da vida nacional, considerados sob a ótica dos militares (Rouquié, 1980, p. 23-24).

Não é por demais redundante frisar que os militares não se mostraram isentos e nem alheios aos debates político-ideológicos da época. Oficiais adeptos do nacionalismo econômico ou do liberalismo, ou ainda os que repudiavam o comunismo patrocinaram disputas de espaço e poder no interior das Forças Armadas. Por se caracterizar como uma organização aberta que congregava a classe de oficiais de todos os ramos das armas, entre as décadas de 1940 e 1950, o Clube Militar transformou-se numa arena de disputas e debates, e ainda, de difusão dos ideais nacionalistas e liberais. Sem levar em consideração as patentes e hierarquias militares, considerado fator de segundo plano, esse clube se mostrava um local privilegiado nas “partidárias” e acaloradas discussões entre os milicos, e como um elo com as organizações civis – dentre essas os partidos políticos. Nessa esteira, mostra-se importante destacar o exemplo de Skidmore (2010, p. 156-157, grifo nosso) sobre os faccionismos⁵⁰ do Clube em relação à política de desenvolvimento que o Brasil deveria seguir:

Havia, mais ou menos, **três campos dentro do corpo de oficiais**. Um era o **grupo nacionalista-esquerdista**, que fora liderado pelo primeiro ministro da Guerra de Vargas, Estillac Leal. Esse grupo por vezes caía na linguagem do nacionalismo radical. Seus membros eram fervorosos adeptos das empresas públicas em setores básicos da economia, como ferro e aço, petróleo e energia elétrica. Depois, havia o **campo conservador**. Eram os líderes da Cruzada Democrática, que forçara a renúncia de Estillac Leal como ministro da Guerra de 1952 e comandara a campanha para derrotá-lo em disputa pela presidência do Clube Militar em maio de 1952. Esse grupo advertia contra o ‘jacobinismo’ e a ‘agitação demagógica’ entre os militares. [...] **O terceiro grupo adotou uma posição de centro**. Dividido entre argumentos da direita

⁵⁰ Ainda sobre o faccionismo nas Forças Armadas, visto numa perspectiva mais explícita no campo ideológico, observa-se que, com a redemocratização, emergiram diversas forças antagônicas no seio do oficialato. Pode-se acrescentar que “a fragmentação política nas Forças Armadas, entre 1945 e 1964, foi classificada em três grandes grupos: ‘**nacionalistas direitistas**’ ou ‘**nacionalistas anticomunistas**’, que apoiavam Vargas pelo seu lado nacionalista, mas combatiam o comunismo (a exemplo de Góis Monteiro e Gaspar Dutra); ‘**nacionalistas de esquerda**’, nacionalistas, mas que não aderiam ao anticomunismo e podiam até ser simpatizantes ou mesmo comunistas (como o general Estillac Leal); e, por fim, ‘**cosmopolitas de direita**’, profundamente anticomunistas e não nacionalistas (como o brigadeiro Eduardo Gomes e os generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias) [defendia a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional aos Estados Unidos]. Segundo o mesmo autor, os primeiros anos da década de 1950 assistiram a uma aliança entre o grupo nacionalista anticomunista e o grupo cosmopolita de direita na defesa de seus interesses (Carvalho, 1985 *apud* Carloni, 2012, p. 51, grifo nosso).

e da esquerda, defensor da necessidade de um esforço nacional (não necessariamente ‘nacionalista’) pelo desenvolvimento econômico, mas também temeroso dos perigos da introdução da luta de classe no corpo de oficiais [...].

A derrota de Estillac Leal em maio de 1952 não tinha sido uma vitória absoluta da facção conservadora sobre os nacionalistas. Mas muitos oficiais de centro haviam apoiado Etchegoyen contra Estillac Leal por temer que os nacionalistas estivessem andando rápido demais e, com isso, viessem a deflagrar forças políticas talvez incontroláveis.

De outra parte, diante do quadro de uma iminente crise política, gerado por segmentos políticos de oposição ao getulismo e setores das classes conservadoras do país contrários à posse dos legitimamente eleitos, associada ainda às tensões e às instabilidades do regime ocorridas num passado recente, é que “os oficiais militares favoráveis ao rompimento institucional nas Forças Armadas, sobretudo na Aeronáutica, continuavam a se manifestar publicamente” (Ferreira, 2006, p. 47-48).

Um exemplo emblemático que elevou o tensionamento político no país à época e estremeceu de vez a relação aparentemente amistosa entre as hostes militares com mais apego à legalidade, o poder civil e facções das Forças Armadas civilmente organizadas foi o famigerado “**caso Mamede**”.

Teve início durante a cerimônia fúnebre, ocorrida numa tarde de céu escuro seguida de forte chuva, no dia 01 de novembro de 1955, em virtude da morte do general Canrobert Pereira da Costa, com a presença de um grande número de autoridades civis e dos ministros militares das três armas. Após uma sucessão de discursos proferidos por autoridades escolhidas pelo cerimonial para falar diante do féretro, eis que o coronel Jurandir Bizarria Mamede⁵¹, num ato de insubordinação e contrariando a programação do cerimonial, toma a palavra para falar em nome do Clube Militar e pronuncia um discurso político e inflamado em homenagem ao militar falecido, com alocações desafiando a hierarquia e a disciplina inerentes aos homens de farda. Em alguns trechos cita partes de um discurso do general falecido proferido em agosto, durante uma cerimônia realizada no Clube da Aeronáutica em homenagem ao major da Força Aérea assassinado em serviço, Rubens Florentino Vaz, em virtude da passagem de um ano do seu falecimento:

[...] vimos aqui – e principalmente – para responder, antes os teus despojos, à mensagem corajosa de verdade e de civismo que, **em dias de agosto último**, abandonando o teu leito enfermo, dirigiste a todos nós e a toda nação, num último alerta contra a insensatez e o desvairo das paixões desenfreadas que ameaçam de ruína os próprios destinos do país.

[...] Nunca duvidamos de teu amor e respeito, tantas vezes comprovados, às instituições políticas que implantamos em nossa terra, mas que desejavas vez cada vez mais fortalecidas, através da verdade e da modalidade democráticas, contra a corrupção e a fraude, contra a arrogância e a prepotência, contra a hipocrisia dos

⁵¹ Era baiano de nascimento, udenista e foi promovido a coronel do Exército em 1951, onde permaneceu à disposição da ESG (Escola Superior de Guerra), destacado da guarnição militar onde servia.

oportunistas contumazes e a insídia dos extremismos totalitários, aliados todos, como tu o disseste, a se ‘arrogarem o direito de oprimir a nação e macular, à vista de todos, os verdadeiros e insofismáveis portulados da ordem democrática que fingem defender e aclamar, para, afinal, poderem anulá-los pela artimanha ou pela força’.

Pouco importa, afinal, se hajam exibido hipocritamente escandalizados, ante a justeza de tuas palavras, os maiores interessados na perpetuação dessa **‘mentira democrática’** que tão bem conhecem e exploram, e **‘da pseudolegalidade imoral e corrompida’**, em que buscam justificativa fácil para os seus apetites de poder e de mando.

Não será por acaso indiscutível mentira democrática, um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa a vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da nação, uma vitória da minoria?

Não será também por acaso pseudolegalidade patente, aquela que ousa legitimar-se para a defesa intransigente de um mecanismo adrede preparado para assegurar, em toda a sua plenitude, o voto do analfabeto, proibido por lei?

[...] soubeste manter sempre com serenidade e decisão, a posição de mais justo equilíbrio entre um partidarismo – inadmissível para teus foros de soldados – e a passividade e a omissão – de qualquer forma incompatível com teu elevado conceito do que seja a verdadeira liderança militar (Silva; Carneiro, 1975, p. 87-90, grifo nosso).

Ao repetir as palavras proferidas por Canrobert⁵² que refletiam sua opinião sobre a situação política do Brasil – “mentira democrática” e “pseudolegalidade imoral e corrompida” -, o ministro da Guerra, general Henrique Lott, que até então ouvia passivamente o coronel Mamede, mostrou-se assaltado de surpresa. Aborrecido e com a bÍlis já em estado de fervura ao presenciar toda a cantilena daquele discurso incitador e, diante do flagrante ato de insubordinação, pensou inicialmente em dar-lhe ordem de prisão. Porém, foi mais uma vez surpreendido ao observar o presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Carlos Luz, cumprimentado de forma efusiva e com entusiasmo o insubordinado coronel após sua fala. Os demais ministros militares permaneceram impassíveis diante daquelas condutas. Estava aí criado um fato; um “prato cheio” ofertado à imprensa aliada à direita conservadora e antigetulista para explorar e promover cada vez mais a divisão política no interior das Forças Armadas.

⁵² Eis alguns trechos do discurso de homenagem do general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e chefe do Estado Maior da Forças Armadas, proferido no Clube da Aeronáutica em 05 de agosto de 1955, intitulado “*Ainda não se desmascararam os algozes da liberdade*”: “A esta sessão solene em que oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sob a égide das suas três mais expressivas associações de classe, se congregam para reverenciar a memória do digno e bravo camarada Major Rubens Florentino Vaz, tombado há precisamente um ano, por mãos assassinas a soldo da prepotência e da corrupção [...]. Colocados frequentemente em face de dramáticos dilemas em que jogam, à consciência plena, o futuro de suas carreiras e, muitas vezes, a própria vida, para decidir, afinal, entre **uma pseudo-legalidade, imoral e corrompida**, e o **restabelecimento da verdade e da moralidade democráticas mediante uma intervenção aparentemente ilegal**, vêm os militares neste país, de um lado, arrostando, dia após dia, quando não a calúnia e os doestos de toda ordem, a crítica apaixonada e ferina, ao mesmo passo que resistindo, de outro lado, não só às tentativas de corrupção e aos argumentos falaciosos, mas sobretudo às pressões quase imperativas que lhes advêm do espetáculo das desordens públicas em crescendo, do clima de intranquilidade geral do país, da convicção plena e certa de que se caminha a passos agigantados para a revolução e para o caos” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955, p. 3, grifo nosso).

Ainda na noite daquele 1º de novembro, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, efetuou contato por telefone com o ministro da Guerra para tratar sobre um documento que lhe remeteria no dia seguinte para assinatura – referia-se a um memorial⁵³ conjunto dos ministros militares em defesa do imediato fechamento de jornais e revistas de inclinação comunista sob o fundamento de salvaguardar as instituições e para o bem do país -. Durante essa conversa, Lott fala sobre o tom desafiador do discurso do coronel Mamede, que “soprou a corneta” durante o sepultamento do general Canrobert, ignorando o protocolo definido pelo cerimonial. De sua parte, Eduardo Gomes⁵⁴ ponderou que não enxergava razões para punir disciplinarmente o referido militar.

Demasiadamente contrariado com aquele discurso político agitador, Henrique Lott decidiu por punir o coronel, uma vez que infringira os regulamentos militares. Sem haver expediente no dia seguinte, visto que se tratava do feriado de Finados, aguardou o retorno normal dos trabalhos em sua pasta.

No dia 03 de novembro, o general Henrique Lott efetua contato telefônico com o gabinete da presidência da República, tentando uma conversa com o presidente Café Filho, pois intencionava dar-lhe conhecimento do teor do discurso do coronel Mamede. No entanto, é comunicado que o presidente sofrera um acidente cardiovascular nas primeiras horas da madrugada e encontrava-se internado e incomunicável em um leito do Hospital dos Servidores do Estado, sob a companhia do seu médico particular.

No dia seguinte, foi ater-se com o chefe de Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Gervásio Duncan, questionando-o se havia pretensão de aplicar alguma punição disciplinar no coronel Mamede, sendo negativa a resposta. Ponderou Lott que, por já ter permanecido mais de 03 anos à disposição da ESG, iria encaminhar notificação⁵⁵ ao órgão solicitando o retorno do insubordinado militar aos quadros do Exército, baseado em um preceito

⁵³ Levado ao conhecimento do presidente Café Filho em 02 de novembro, este encarregou seu ministro da Justiça, Prado Kelly, de efetuar as tratativas com os militares. Em suas memórias, detalha seu diálogo com o referido ministro: “Declarei francamente ao Sr. Prado Kelly: ‘Não posso atender a um apêlo como este em favor de uma providência que considero inconstitucional’. ‘Se os ministros militares insistirem no assunto, vamos ter uma grave crise porque de modo algum agirei fora da Constituição. Não tenho nenhuma vocação para ditador’” (Filho, 1958 *apud* Rocha Netto, 1961, p. 72-73). A proposta não foi levada adiante.

⁵⁴ Sobre seu diálogo com o brigadeiro acerca da conduta do coronel Mamede, a Manchete assim detalha: “Lott teria questionado o brigadeiro: ‘Você viu como o Mamede procedeu incorretamente? Numa situação daquelas, levantar problemas políticos à beira do túmulo. Ele militar, no meio de militares e autoridades superiores’. E Eduardo Gomes, de acordo com Henrique Lott, se fez de desinformado: ‘Ah, não. Não sei do que se trata’. O ministro da Guerra, naquele momento, entendeu a posição do oficial: ‘Percebi então que ele estava de acordo com a cena do cemitério. Disse-lhe obrigado e desliguei’” (Manchete, 1955 *apud* Carloni, 2012, p. 102).

⁵⁵ Essa notificação fora recebida pouco depois do meio-dia pelo coronel-chefe de gabinete do chefe do Estado Maior das Forças Armadas, no dia 05 de novembro de 1955. Informação destoante consta num ofício encaminhado pela EMFA à Presidência da República, informando que a notificação fora recebida na aquele órgão, no dia 03 de novembro após o expediente, que se encerrava ao meio-dia. Mais detalhes, ver Silva; Carneiro (1975).

legal de que o oficial requisitado deveria servir no máximo três anos fora de sua guarnição. Como resposta à notificação, o brigadeiro Duncan informou que o comando da ESG (Escola Superior de Guerra) ainda julgava Mamede necessário à escola, haja vista que compunha seu quadro de instrutores, e logo não efetuariam a devolução, ponderando que qualquer deliberação em contrário seria da alçada do presidente da República fazê-la – A ESG era um órgão ligado diretamente à presidência da República.

Deixando mais claro o aparente imbróglio, cabe gizar que todo o caso cingia-se ao fato de o ministro da Guerra não poder punir o coronel Mamede que, por pertencer aos quadros como requisitado da Escola Superior de Guerra, estava diretamente subordinado ao presidente da República.

Em meio a uma chuva de boatos criados que circulavam nos mais variados órgãos da imprensa, todos relacionados à ação das autoridades diretamente ligadas ao caso, sendo alguns deles totalmente desprovidos de quaisquer fundamentos, no dia 05 de novembro, o gabinete do ministro da Guerra divulgou um comunicado⁵⁶ para esclarecer algumas inverdades noticiadas na imprensa, citando nominalmente o periódico udenista *Tribuna da Imprensa*. Na mesma data e com idêntica intenção de esclarecer notícias falaciosas, a Presidência da República também emite comunicado informando que o ministro da Guerra esteve pela última vez despachando com S.Exa. na manhã do dia 1º. de novembro, compromisso antecipado para a manhã em face do sepultamento do general Canrobert, que ocorreria pelo fim da tarde.

Decidido por esperar pelo convalescimento do presidente Café Filho, no dia 06 de novembro, recebe em sua residência o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Carlos Luz, cujo objetivo da visita era obter um relato completo da situação do Exército. Lott, por aproximadamente duas horas, expôs os detalhes mais importantes sobre sua visão acerca da situação política do país, acrescentando ainda, que no interior do Exército havia dois grupos divergentes, mas em número reduzido. Afirmou que a grande maioria da oficialidade⁵⁷ era pela

⁵⁶ O comunicado em quase todo o seu conteúdo refere-se ao caso Mamede. Inicia-se com uma referência à informações publicadas no jornal *Tribuna da Imprensa* e traz até mesmo uma acusação despropositada em seu bojo: “O vespertino desta capital *Tribuna da Imprensa*, em sua edição de 4 do corrente, faz, entre outras, as seguintes afirmações: [...] 6) ‘Uma das prováveis causas dos distúrbio cardiovascular sofrido pelo presidente, teria sido o aborrecimento provocado pela insistência do general Lott em obter a sua aquiescência para uma perseguição que o presidente considera iníqua e injustificável’” (Silva; Carneiro, 1975, p. 93-94).

⁵⁷ De forma diversa, Carloni (2012) diz que Lott teria observado a existência de três correntes no seio da oficialidade e dizia identificar-se com o chamado “grupo moderado”, que repudiavam qualquer medida que não fosse dentro da legalidade. Os outros dois grupos defendiam posições radicalmente opostas e representavam perigo à normalidade institucional. Eis o que diz o general Henrique Lott em entrevista à revista *Manchete*, em novembro de 1955: “informei-lhe, outrossim, que havia um grupo, pequeno mais muito atuante, que desejava a intervenção militar, para suspender o regime. Por outro lado, um segundo grupo se mostrava violentamente contra esse grupo. E contra era também o grupo de oficiais a que se pode chamar de moderado e ao qual pertencia eu próprio, de respeito à Constituição e muita cautela para não ferir as Forças Armadas” (*Manchete*, 1955, p. 4).

manutenção da ordem e das garantias constitucionais, bem ainda pela obediência às decisões da Justiça Eleitoral.

Também na ocasião da conversa, como que já prevendo a investidura de Carlos Luz no cargo de presidente da República, como substituto imediato, em face do prolongado afastamento de Café Filho por motivo de saúde, Henrique Lott aproveita para expor e detalhar a questão do ato de indisciplina do coronel Mamede, em seu discurso político e incitador na ocasião do sepultamento do general Canrobert. Apresentou a seguinte proposta a Carlos Luz, na qual continha quatro soluções possíveis para o enquadramento disciplinar de o aludido militar, com o fito de promover e fazer respeitar a unidade inerente aos membros da caserna:

1) volta do coronel aos quadros do Exército, sem qualquer punição. 2) punição do oficial pelo EMFA. 3) punição pelo próprio presidente. 4) punição pelo ministro da Guerra. O general Lott, pessoalmente, preferia a primeira solução. Mas estava empenhado, acima de tudo, numa decisão final do caso Mamede” (Silva; Carneiro, 1975, p. 94-95).

Com a indeterminação sobre a data exata para o retorno do presidente Café Filho ao exercício de suas funções na presidência, afastado em face do seu estado de saúde, a sua substituição pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Coimbra da Luz, seu substituto constitucional imediato, até aquele momento ainda não havia sido oficialmente realizada.

4.2 O afastamento do presidente Café Filho, a posse de Carlos Luz e sua aproximação com as forças políticas antigetulistas após 24 de agosto

Na manhã do dia 08 de novembro, foi agendada uma reunião com todos os ministros do governo Café Filho no Hospital dos Servidores do Estado. A pauta do encontro era resumidamente sobre sua deliberação acerca da formalização de sua substituição legal enquanto perdurasse sua licença, considerando que estenderia por mais uns dias o afastamento de suas funções por recomendação médica. Na ocasião, cada ministro entrava por vez no quarto onde o presidente repousava para se conferenciar com o mesmo.

Rocha Netto⁵⁸ (1961), em passagem de seu livro sobre esses fatos, traz detalhes dessa reunião. Relata que na ocasião da audiência com o Café Filho, que foi realizada no manhã do dia 08 de novembro, os ministros, enquanto esperavam sua vez para ir à presença do presidente, trocavam ideias no *hall* do hospital e, num dado momento, observou os três ministros militares juntos. Não demorou a perceber que o assunto da conversa era o caso da

⁵⁸ Foi ministro da Agricultura durante o governo Café Filho.

punição do coronel Memede. Notou Lott irritado ao justificar aos demais ministros a intenção de punir a infração do militar aos regulamentos vigentes. O ministro da Marinha retrucava no mesmo tom, ao passo que Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica, mostrava-se mais moderado. Acrescentou que Lott e Amorim do Vale discutiam asperamente, e Eduardo tentava amainar o ânimo de Lott. Lembra ainda que, em dado momento, o ministro da Guerra, ainda exaltado, afirma: “Não é possível que Mamede me faça caretas por trás da cortina da Escola Superior de Guerra”. A despeito desse episódio⁵⁹, a reunião seguiu normalmente e sem atropelos.

Uma vez noticiada a formalização da licença do presidente aos ministros do governo, foi providenciada a convocação do seu substituto constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Carlos Luz, para assumir interinamente a Presidência, cuja comunicação deu-se mediante o envio de uma carta dirigida à presidência da Câmara dos Deputados, após a reunião ocorrida na manhã do dia 08 de novembro. Segue o teor da missiva:

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. Tendo-me recolhido, por motivo de uma crise cardiovascular, ao Hospital dos Servidores do Estado e, recomendando-me os médicos assistentes, drs. Aarão Bechimol e Raimundo Brito, bem como os médicos chamados em referência, drs. Genival Londres, Deolindo Couto e Teobaldo Viana, que me mantenha ‘afastado de qualquer atividade’ e observe ‘por mais alguns dias’ o repouso indispensável ao meu restabelecimento, venho por este meio transmitir a v.exa., na qualidade de meu substituto, o exercício, enquanto perdurar o referido impedimento, das funções de presidente da República, nos termos do Art. 79, parágrafo 1º. da Constituição (Silva; Carneiro, 1975, p. 95).

Empossado na tarde do mesmo dia na Presidência da República, em cerimônia bastante prestigiada por políticos nos salões do Palácio do Catete, Carlos Luz⁶⁰, como primeiro ato de sua interinidade, agenda uma reunião com os ministros do governo para o dia seguinte, 09 de novembro, às 10 horas.

Na data e hora aprazadas, o presidente interino realiza a primeira e única reunião do seu governo, a qual dura pouquíssimos instantes – foi convocada com o objetivo de informar

⁵⁹ Tomando conhecimento dos fatos através do encontro com Lott no leito do hospital, o presidente em nada opinou publicamente. Eis o que relata em suas memórias acerca do caso Mamede, conforme Carloni (2012, p. 107): “[...] o presidente não tinha feito objeções ao discurso de Mamede. Em suas memórias, Café Filho declarou que esse posicionamento se justificava pela própria atitude do ministro da Guerra em outro caso semelhante ao de Mamede. No mês de agosto de 1955, o presidente, ao apreciar o discurso que seria proferido pelo general Canrobert no Clube da Aeronáutica, em homenagem ao major Vaz, teria questionado Lott quanto ao caráter inconveniente de tal discurso, já que seria pronunciado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Na ocasião, segundo Café Filho, o general Lott teria afirmado que não havia problema, pois Canrobert falaria em nome do Clube Militar, consequentemente, por uma agremiação civil. O presidente interpretou da mesma forma o discurso de Mamede, ou seja, também tinha sido em nome do Clube Militar”.

⁶⁰ Mineiro de Três Corações-MG, advogado, banqueiro, filiado ao PSD de Minas e ex-ministro da Justiça no governo Dutra, assumiu a interinidade do cargo pela terceira vez em substituição ao presidente Carlos Luz em pouco mais de um ano: a primeira foi em virtude de uma viagem do titular para a Bolívia; a segunda, numa viagem a Portugal; e, na ocasião presente por motivo de enfermidade do presidente.

aos ministros do governo de que todos seriam mantidos em suas respectivas pastas. Na ocasião, “Lott faz menção de falar. Presumia-se que pretendesse em presença do Ministério expor o caso Mamede. Mas, Carlos Luz, prevenido, encerra a reunião, convidando o Ministro da Guerra a entrar a sós em seu gabinete (Rocha Netto, 1961, p. 75).

Na audiência reservada, o general Henrique Lott expôs a necessidade de punição disciplinar do coronel Mamede, conforme já relatado na conversa mantida entre ambos, ocorrida no dia 06 de novembro. Aduziu ainda que o caso estava sendo muito explorado e especulado na imprensa, e uma solução que não fosse pela punição do militar, acarretaria ameaça à disciplina e até mesmo à unidade do Exército. Para o ministro da Guerra, “[...] o cel. Mamede estava como uma criança mimada, agarrada às saias da avó, a fazer caretas para o pai... Com isso, sofria danos irreparáveis o elo básico do Exército, que é a disciplina” (Manchete, 1955, p. 5).

O presidente optou por não decidir imediatamente a situação, eis que o caso demandava cautela, e qualquer atitude ou tomada de decisão precipitadas não cairia bem logo ao tomar assento na cadeira presidencial. Informou na ocasião que pretendia, preliminarmente, ouvir o comandante da ESG e o chefe do EMFA, tendo também solicitado um parecer do consultor-geral da República. A audiência foi encerrada sem uma solução definitiva do caso.

Em uma lúcida e esclarecedora passagem de sua obra, o historiador Jorge Ferreira (2006) faz um deslinde acerca dos contornos da crise institucional ora “desenhada”, conforme segue:

[...] assumiu a presidência o deputado Carlos Luz. As atenções, no entanto, voltaram-se para o general Lott. Nos principais círculos políticos do país, os líderes partidários conheciam sua posição a favor da legalidade democrática. Desafiado publicamente por um subordinado, o ministro da Guerra, percebendo a dilaceração da tropa, sobretudo por razões políticas, estava determinado a restabelecer e impor o respeito à hierarquia e à disciplina, por meio de punição ao coronel Mamede, preservando os militares das lutas partidárias e, em consequência, garantindo a legalidade democrática. No entanto, estava ciente de que, se fosse derrotado em seu objetivo, isso representaria a vitória dos setores civis e militares interessados no golpe. Os grupos preocupados com a manutenção da ordem democrática perceberam que Lott decidiria a crise institucional. Contudo, a situação funcional de Mamede o protegia: somente o presidente da República poderia permitir que o ministro da Guerra punisse o coronel (Ferreira, 2006, p. 49-50).

Com as respostas à consulta, apresentadas conjuntamente pelos comandos da EMFA e da ESG no dia 10 de novembro, opinando pela não configuração de ato de indisciplina o discurso do coronel Mamede, tratou o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, coronel José Canavarro Pereira, por solicitação do presidente Carlos Luz, de agendar para o mesmo dia, por telefone, uma audiência com ministro Henrique Lott, cuja realização estava prevista para acontecer às 18 h, no Palácio do Catete.

Chegando sete minutos após o horário aprazado em face do trânsito na cidade do Rio de Janeiro, Lott foi desde logo conduzido a um salão ao lado da sala de despachos do presidente, no segundo pavimento do palácio presidencial. Depois de longa espera, mais de uma hora e meia de atraso, fora finalmente atendido⁶¹. “A demora foi proposital: o presidente queria ferir a autoridade do ministro da Guerra, humilhando-o” (Ferreira, 2006, p. 50).

Após adentrar à sala, o presidente inicia a conversa realizando a exposição dos últimos acontecimentos, entretanto, o ministro Lott lhe solicita que se atenha ao cerne do assunto que motivou a audiência – a solução definitiva do caso Mamede. De imediato, o presidente passa a ler um parecer do consultor-geral da República, Temístocles Cavalcanti, que, citando vários pontos da legislação vigente, opina pela não punição e/ou devolução do coronel subordinado. O ministro da Guerra, ao conhecer do parecer, argumenta que não é cabível opinião de um civil sobre matéria militar, acrescentando que só interessava-lhe a decisão do presidente interino da República, conforme as hipóteses que elencou em conversa passada para a solução do caso Mamede.

O posicionamento definitivo do presidente Carlos Luz era de que não havia nada a punir. De pronto, o general Henrique Lott indagou a quem deveria transmitir a pasta da Guerra, haja vista estar solicitando a sua exoneração naquele momento, no que obteve como resposta do presidente o nome do general da reserva Álvaro Fiúza de Castro⁶² – este já se encontrava no

⁶¹ O próprio Lott, em entrevista à revista Manchete assim disse: “[...] apesar da hora previamente marcada, fui atendido talvez 1:40 horas depois das 18 horas. O despacho durou apenas 5 min.” (Manchete, 1955, p. 11). De outra parte, o então ministro da Agricultura do governo, Munhoz da Rocha, registra em sua obra que seu despacho nesse mesmo dia estava agendado para ocorrer às 16 horas com o presidente. Entretanto, por motivo da recepção do novo embaixador da República da Argentina e outras autoridades naquela tarde, atrasou seu atendimento, que foi realizado apenas no fim da tarde, próximo das 18 horas, horário em que foi encerrado. Acrescenta que a esse horário Lott não havia chegado. Sustenta que Lott gostava de chegar antes da hora, mas nesse dia, se atrasara. Soube apenas depois que só alguns minutos depois das 6, conseguira chegar ao Catete, tendo verificado seu pequeno atraso, o qual atribuiu ao trânsito difícil (Rocha Netto, 1961, p. 75-76).

⁶² O presidente já havia deliberado sobre a exoneração de Lott antes da audiência marcada com ele. Informou ao ministro Bento Munhoz da Rocha que conferenciou com ele antes de Lott e acrescentou que já havia mandado avisar o presidente licenciado Café Filho. Em passagem de seu livro, aduz “Depois de alguns momentos no Ministério vou ao Hospital dos Servidores. Café já havia recebido de Monteiro de Castro a comunicação da demissão de Lott. Desgostara-se. Achava que deveria, antecipadamente, ter sido consultado. Afinal, essa demissão de Lott se constituiu na discórdia que dividiu as águas políticas no país [...]. Café se esforçava para que o 24 de agosto se dissolvesse na continuidade da legalidade, e o teria conseguido, se não lhe tivesse sobrevindo a doença” (Rocha Netto, 1961, p. 76-77). Em seu livro, *Em defesa da Constituição*, o presidente Carlos Luz assim justifica a escolha do general Fiúza de Castro: “Procurei nos quadros do nosso Exército, tão rico de titulares, um homem que estivesse afastado dos acontecimentos, e, portanto, com a presunção de completa imparcialidade, não somente para decidir esse simples caso disciplinar, mas – e isto era o mais importante, e ainda é o mais importante – para unir o Exército e, unindo-o, unir com ele as demais Forças Armadas do País, (palmas) porque só assim, Sr. Presidente, poderíamos respirar tranquilos o clima da democracia. Depois de vários estudos, preferi o nome do General de Divisão reformado Fiuza de Castro [...]. Era, pois, homem fora das competições, isento, discreto, diante dos acontecimentos” (Luz, 1956, p. 39-40).

palácio e à disposição para assumir o ministério imediatamente. Segundo Carloni (2012, p. 111-112), Lott ponderou:

Lott fez detalhadas considerações a Carlos Luz sobre o perigoso posicionamento político de Fiúza – chefe de um grupo dentro do Exército e ativo participante nos acontecimentos de agosto de 1954, e que por este mesmo motivo não tinha ocupado o Ministério da Guerra quando Café Filho montou o seu ministério.

Por já estar presente no Palácio, a transmissão do cargo ocupado por Lott ao seu sucessor, general Fiúza de Castro, foi imediata. No entanto, a solenidade de posse foi marcada para as 15 horas do dia seguinte, 11 de novembro. Lott agendou esse horário para ganhar tempo, a fim de tomar algumas providências antes de deixar o posto, como retirar seus objetos pessoais e limpar suas gavetas.

De mais a mais, cabe destacar que, após ter anunciado oficialmente a exoneração do ministro Henrique Lott da pasta da Guerra - foi publicada no Diário Oficial com circulação no mesmo dia -, o país recebeu com estardalhaço a notícia sobre essa decisão do presidente Carlos Luz. Nas emissoras de rádio e televisão, os jornalistas destacaram, principalmente, a humilhação imposta a Lott pela longa espera na antessala presidencial, fato que causou extrema indignação na cúpula militar, conforme aduz Ferreira (2006). Nessa mesma linha argumentativa, Carloni (2012, p.112) destaca que:

[...] a nota confirmando a exoneração de Lott do Ministério da Guerra deixavam explícita a intenção de Carlos Luz de afastar o general. Estava iniciado o confronto direto entre os dois grupos militares [Cruzada Democrática e o Movimento Militar Constitucionalista - MMC]. Confirmavam-se as previsões dos boletins do MMC⁶³ e tinha sido acionada a ‘senha’ para a deflagração do movimento constitucionalista. A unidade das Forças Armadas, principalmente do Exército, estava ferida; um general tinha sido derrubado por um coronel, e o ultraje a que foi exposto o general Lott foi encarado, pelos militares ligados a ele, como uma ofensa do presidente da República ao Exército.

Em meio a essa postura adotada pelo presidente interino Carlos Luz havia uma certa razão de ser. Filiado ao PSD, na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados⁶⁴ em fevereiro de 1955, não obteve o apoio da cúpula nacional do partido que elegeu a chapa JK-Jango para a presidência da República, que preferiu apoiar a candidatura do deputado Ranieri

⁶³ Esses boletins do MMC eram confeccionados e distribuídos de forma sigilosa entre membros dessa facção militar e tinha por principal finalidade informar sobre as movimentações e correlação de forças entre grupos militares no interior dos três ramos das Forças Armadas, ante a eventual deflagração de um golpe militar, motivado, sobretudo, pelas tensões políticas ocorridas no pós 24 de agosto e/ou contra a posse dos eleitos para ocupar a cadeira presidencial, tidos por herdeiros do legado político varguista, diga-se o PTB e PSD.

⁶⁴ De acordo com Ramos (1960, p. 135), “Em fevereiro de 1955, o sr. Carlos Luz surge indicado pelos grupos militares do regime de 24 de agosto como candidato à presidência da Câmara, contra o nome do PSD representado pelo deputado paulista Ranieri Mazzilli. É nesse cargo que vamos encontrar o sr. Luz, desta vez ludibriado pela suposta infalibilidade do dispositivo de agosto”.

Mazzili, sendo este derrotado, fato tido por explicável em virtude do apoio cerrado da bancada da UDN ao pessedista mineiro. Importante mencionar o trecho abaixo:

Todos recordam ainda da difícil vitória do sr. Carlos Luz nas eleições para a presidência da Câmara dos Deputados, quando o PSD, através de Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek, fechou a questão em torno da candidatura do sr. Ranieri Mazzili, com o propósito de derrotar o sr. Carlos Luz e “desmoralizá-lo publicamente”.

Graças ao trabalho da UDN [...], o sr. Carlos Luz foi eleito presidente da Câmara, onde se tem conduzido com grande dignidade e isenção (Tribuna da Imprensa, 1955, p. 3).

Também não se pode olvidar que o presidente interino, num passado recente, chegou a ser cogitado para ser escolhido como o candidato da “união nacional” à sucessão presidencial, desejo nutrido por Café Filho e pelas forças militares, temerosos do acirramento das tensões políticas do pós 24 de agosto. O fato foi visto com desdém pela direção do seu partido, haja vista já ter fechado questão em torno da candidatura de Juscelino Kubitschek.

As inclinações políticas de Carlos Luz ao tomar posse como presidente interino foi um reflexo desses acontecimentos. Some-se a isso, o tratamento que lhe foi dado pela direção do PSD durante o desenrolar da crise política do pós 24 de agosto - este foi marginalizado dentro do seu próprio partido, tendo por um dos motivos principais a derrota da chapa JK-Jango para a Presidência da República em seu principal reduto político em Minas Gerais, a cidade de Leopoldina, fato esse que custou o seu isolamento, chegando na ocasião a ser apelidado por alguns exaltados juscelinistas de “traidor do PSD”. Eis uma opinião fundamentada acerca da postura adotada pelo presidente Carlos Luz diante da destituição do general Henrique Teixeira Lott do Ministério da Guerra:

A participação do sr. Carlos Luz no episódio de destituição de Lott do Ministério da Guerra, em favor de sua substituição pelo general Álvaro Fiuza de Castro, para prestigiar a indisciplina do coronel Mamede e criar condições de anulação dos resultados, já incontestáveis, do pleito presidencial de 3 de outubro, impõe considerações singulares, decorrente da circunstância de que ele pertence aos quadros do Partido Social Democrático.

[...] Referindo-se à sua indefectível propriedade de ajustamento às situações políticas mais diversas, que tornaram-se frequentes e comuns na vida brasileira depois de 1945, Virgílio de Melo Franco levantou na sua verve **a definição do “ameno fariseu”, para exemplificar êsse tipo humano específico do ex-ministro de Dutra, que disfarça nas cerimônias de suas mesuras e artifícios de tratamento, os procedimentos da hipocrisia bíblica mais sutil e mais velhaca [...].** Entretanto, a análise de uma atividade política não está circunscrita aos aspectos exteriores do homem público. [...] A importância desses interesses **justifica, por certo, o fato de que o deputado pessedista de Minas, vinculado à maioria, se conserva em acôrdo permanente com a orientação política da UDN** (Ramos, 1960, p. 133-134, grifo nosso).

4.3 As articulações para o “Golpe Militar” no interior da Forças Armadas e a atuação das forças da legalidade: O(s) Contragolpe(s) capitaneado(s) pelo general Henrique Teixeira Lott.

A despeito de todas as articulações do presidente Café Filho para serenar os ânimos e desarmar os espíritos, ainda exaltados em face das refregas políticas que ainda persistiam após o trágico 24 de agosto, colocando-se, inclusive, a favor da posse dos legitimamente eleitos em 03 de outubro de 1955, embora tenha, anteriormente, se entregado de corpo e alma numa tentativa de conciliação entre as forças políticas e os chefes militares para restabelecer a tranquilidade das instituições e a efetiva normalidade da vida democrática no país, através da escolha de um candidato único - da união nacional ou de consenso para sua sucessão na cadeira presidencial -, a discórdia, as ambições pessoais e as disputas políticas renhidas ainda perduravam, embora disfarçadas no seio da oficialidade, o que não afastava a ameaça de ruptura da ordem institucional vigente e a consequente desobediência às regras do regime democrático impostas na Constituição, com o patrocínio de um eventual golpe militar.

Com o afastamento de Café Filho e Carlos Luz assumindo a chefia do Executivo observaram-se uma nítida aproximação deste com as forças militares mais conservadoras e afeitas ao antigetulismo. Como bem noticiou o diário “lacerdista” em artigo: “O governo Carlos Luz, nascido do consenso dos militares, só tem este sentido: evitar a posse dos remanescentes da oligarquia. Só poderá ter este conteúdo: afastar do poder os eleitos da minoria” (Tribuna da Imprensa, 1955, p. 1).

O importante a ser observado a essa altura dos acontecimentos é que as motivações em torno de um eventual golpe militar não se cingiam mais unicamente em torno dos tensionamentos políticos decorrentes do 24 de agosto. A motivação principal agora era outra: evitar a posse dos eleitos por uma minoria absoluta para ter assento na cadeira presidencial. De fato, o objetivo dessa vez era sublevar a ordem e instituir um governo amparado num regime de exceção.

Nesse cenário preparado para cenas de filme de terror, visto que a tese da maioria absoluta não possuía guarida no texto constitucional de 1946, até então regulador da ordem jurídica no país, foi que o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, escolhido pelo presidente Café Filho para ocupar essa pasta por ser um militar “apolítico”, legalista, moderado, afeito às regras da hierarquia, disciplina e unidade da tropa e isento aos faccionismos existentes no seio das Forças Armadas, aguçou seu *feeling* em meio às inerentes filigranas da política, auscultou alguns atores em cena no meio militar e concluiu que precisava agir. Cabe aqui colacionar algumas assertivas colhidas da historiografia para melhor esclarecer:

Segundo depoimento de Henrique Lott, ele teria sido procurado pelo brigadeiro Eduardo Gomes e pelo almirante Amorim do Vale, ainda no período de apuração dos votos, a fim de que juntos intervissem para que o princípio da maioria absoluta prevalecesse. O brigadeiro teria apresentado ao general o artigo nº 1 da Constituição, ‘Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido’, e argumentando que estava implícita nessa lei a tese da maioria absoluta [...] (Manchete, 1955 *apud* Carloni, 2012, p. 100).

Depois do resultado eleitoral, as estratégias de disputa dos grupos civis e militares foram radicalizadas. A oposição tentou recursos jurídicos nos tribunais para a anulação das eleições. Os argumentos eram dois: a não validade dos votos do comunistas, por não existir legalmente o partido, e a tese da maioria absoluta (Carloni, 2012, p. 93).

O ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott preocupado com a instabilidade da política da nação, resolveu agir. Primeiro, procurou o ministro Galloti, magistrado responsável pelas eleições, ouvindo dele que a Constituição estava sendo respeitada e que a eleição de Juscelino havia ocorrido dentro legalidade. A seguir, conversou com os ministros da Marinha e da Aeronáutica, argumentando que não havia motivos legais para o impedimento da posse dos eleitos. No entanto, ambos disseram a Lott que Juscelino não poderia assumir a presidência da República. A partir daí, o general distanciou-se dos outros dois ministros militares e percebeu a divisão nas Forças Armadas (Ferreira, 2006, p. 49).

Dias antes o dr. Sobral Pinto avisara ao general Lott que o presidente Café Filho teria de se afastar do Governo e que o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, ao assumir o cargo, aproveitaria para substituir o ministro da Guerra, colocando em seu lugar um general que concordasse com os pontos de vista do brigadeiro Eduardo Gomes e almirante Amorim do Vale (Silva; Carneiro, 1975, p. 106).

As conspirações contra a manutenção do *status* do regime vigente datam desde antes da realização do pleito presidencial de 03 de outubro, porém, após este, como já mencionado anteriormente, elas centraram-se no respeito à maioria absoluta para auferir a legitimidade necessária para a posse no cargo de presidente.

A divisão no interior da Forças Armadas era patente; as manifestações políticas dos homens de farda⁶⁵ opinando sobre o regime e pugnando pela moralidade na política cada vez mais se avolumavam, sobretudo em declarações na imprensa. A Aeronáutica, comandada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, e a Marinha, que tinha na linha de frente o almirante Amorim do Vale, ambos os ministros das respectivas pastas, eram nitidamente partidárias do golpe⁶⁶ e seguiam sub-repticiamente as orientações e os posicionamentos da UDN⁶⁷, como também

⁶⁵ Em virtude de manifestações políticas publicamente, à época, foram exonerados pelo presidente Café Filho, a pedido de suas chefias imediatas, os generais Zenóbio da Costa, do cargo de inspetor-geral do Exército; e, Alcides Etchegoyen, do cargo de inspetor da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea do Exército.

⁶⁶ Carloni (2012) encarta no texto do seu livro vários trechos de Boletins do MMC (Movimento Militar Constitucionalista) informando acerca de reuniões secretas ocorridas entre membros da Marinha e da Aeronáutica para articulações sobre um suposto golpe militar, bem como sobre as “movimentações” por eles planejadas.

⁶⁷ As principais posições da UDN eram defendidas publicamente pelo jornalista Carlos Lacerda em seu periódico Tribuna da Imprensa. Em resumo, preconizava o jornalista que, para sanar os vícios do regime, varrendo das instituições toda e qualquer espécie de esquemas de corrupção, como também efetuando mudanças nos

alguns membros do Exército mais conservadores: antigetulistas, entreguistas e anticomunistas – vide os membros Cruzada Democrática –, que também se inclinavam pela opção de sublevar a ordem. A ordem constitucional vigente estava ameaçada diante desse cenário.

Pois bem, uma vez realizada a exoneração de Lott da pasta da Guerra em 10 de novembro, substituindo-o pelo general da reserva Fiúza de Castro, membro da Cruzada Democrática com destacado protagonismo nos acontecimentos de 24 de agosto, e tendo sido alertado o presidente Carlos Luz na ocasião em que este o informara sobre sua escolha, só restou ao ministro “demissionário” recolher-se à sua residência, aonde chegou por volta das 21 horas daquele mesmo dia. Na visão de Rocha Netto (1961, p. 70), “A demissão de Lott do ministério da Guerra por Carlos Luz, em circunstâncias que nenhum presidente poderia evitar, repercutiu como o alarme convencionado para a revolta. Como a esperada senha de um movimento”. Ocorre que esse movimento acontecera em sentido reverso do imaginado.

Em sua residência, naquela noite, Lott manteve contato pelo telefone de campanha (anti-grampos) com seu vizinho de bairro, o comandante da Zona Militar Leste-RJ, general Odílio Denys, que horas antes o havia procurado em sua residência e ficou um certo tempo no seu aguardo. De volta à sua residência outra vez, Odílio Denys ponderou sobre as consequências de sua demissão e avisou, por solidariedade, que iria demitir-se do cargo, e que outros comandos militares tomariam a mesma decisão. Também relatou a Lott que as tropas da Marinha e da Aeronáutica já estavam articuladas e em prontidão para agir – em uma eventual intervenção militar na ordem constituída-, indagando também se desejava que o Exército marcasse igual posição. A conversa seguiu com Lott fazendo observações sobre uma hipotética ação pelas armas. Ainda naquela noite teve inesperada visita de um grupo de sargentos que alegaram a necessidade de agir, e para tal informaram que as tropas estavam em prontidão, à espera de suas deliberações (Silva; Carneiro, 1975).

Após jantar não demorou muito adentrar ao seu leito de dormir. Já recolhido a seu quarto, Lott debatia-se com a delicada situação perdido em pensamentos. Importante encartar a assertiva que segue:

Se nada fizesse, pensava o ministro, certamente haveria um grupo que tentaria o golpe, pois as Forças Armadas cairiam em mãos de comandantes que favoreceriam aquela situação. Estando o próprio presidente Carlos Luz, de acordo com essa intervenção no processo democrático, a consequência imediata seria o fechamento do Congresso e a dissolução da Justiça. A consequência mais remota seria imprevisível, tantas as modificações que acarretaria.

A outra alternativa de Lott seria sair, temporariamente, do quadro legal, arranhando a Constituição e, chefiar um movimento, que viesse ao afastamento

mecanismos de representação política, era necessário a imediata instalação no país de uma ditadura por prazo determinado. Ver Rocha Netto (1961).

de Carlos Luz da Presidência da República e das autoridades militares partidárias da planejada solução extralegal.

E Lott ponderava.

A alternativa de uma pronta ação, bem sucedida, preservaria as instituições democráticas (Silva; Carneiro, 1975, p. 106, grifo nosso).

Por volta de uma hora da madrugada, o general demitido, convencido de que havia um grupo considerável de generais, oficiais e praças, dispostos a lutar pela manutenção da legalidade democrática, se dispôs a agir imediatamente. De pé novamente, fardou-se e dirigiu-se à casa do seu vizinho, general Odílio Denys, onde lá já reunia os generais com comando na capital da República por sua própria iniciativa.

Ante de sair de sua residência, porém, recebe um telefonema do novo ministro da Guerra nomeado, general Fiúza de Castro, indagando se era verdadeira a informação que havia movimentações de tropas na capital. Lott, agindo com blefe, responde que sim. Fiúza, de pronto, quis saber a razão, no que obteve como resposta: “Disse-lhe, então que eu ainda era ministro da Guerra e, como tal, responsável pela ordem pública. Estava tomando providências que as circunstâncias impunham, para a garantia da segurança geral. Não se incomodasse” (Silva; Carneiro, 1975, p. 107).

Todos os presentes à reunião decidiram seguir imediatamente para o Ministério da Guerra, certificando-se, ao chegar, que o ambiente estava normal. Já existiam informações de muito antes no comando do Ministério da Guerra sobre as movimentações na Marinha e na Aeronáutica, que já se encontravam na ocasião de prontidão para uma intervenção armada. Assim informa Carloni (2012, p. 115):

Lott, em entrevistas posteriores, declarou que, mesmo vivendo um ‘drama de consciência’, por não apoiar medidas de intervenção, possuía em suas gavetas planos elaborados desde julho de 1955, prevendo a hipótese de uma ação armada do Exército diante da tentativa da Marinha e da Aeronáutica tentarem um golpe.

De imediato, Odílio Denys elaborou e pôs em prática um plano de ação militar que tinha como escopo impedir e anular qualquer reação das forças da Marinha e da Aeronáutica, expedindo, para tanto, ordens contidas em envelopes lacrados para os comandantes de tropa, com o propósito de estes levarem em mãos às suas respectivas unidades e lá tomarem as providências devidas. As tropas do Exército ainda não estavam todas avisadas do movimento deflagrado e era preciso agirem com rapidez e precisão.

De sua parte, Lott procurou cercar-se de vários oficiais de sua confiança e tratou de receber militares (generais, oficiais, sargentos) dos diversos comandos de unidades existentes na capital federal. Também de imediato, tratou de tomar o Departamento Federal de Segurança Pública, em virtude de este possuir uma bem desenvolvida rede de comunicações, o que seria

muito útil para a imediata e rápida propagação do movimento; outra rápida providência foi a de substituir a Chefia de Polícia do Distrito Federal, assumindo o general Augusto Megassi no lugar do coronel Menezes Cortes, o qual recebera ordem de prisão do movimento sedicioso. Também foi realizada a interdição do acesso ao Palácio do Catete por uma das unidades militares afeitas ao movimento, bem como cortadas as suas linhas telefônicas.

Ainda buscando consolidar o movimento golpista, foram tomadas diversas outras providências, conforme o exposto:

A partir de 1h30 do dia 11, foi feito o acionamento das unidades do Exército, em todos o país, através do rádio, radiofonia e telefone. O general Henrique Lott consultava os comandos, depois de informá-los do que se passava.

O Golpe se alastrou rapidamente. Denys se encarregou da movimentação das tropas de Minas Gerais, constituídas pela 4ª. Divisão de Infantaria. Também movimentaram as tropas da 5ª. Divisão de Infantaria, sediadas no Paraná, e da 4ª. Divisão de Cavalaria, de Mato Grosso. Elas deveriam convergir para São Paulo. Enfim, o esquema militar acionado estava mostrando eficiência, pois os postos-chave se concentravam, pouco a pouco, em um único comando (Silva; Carneiro, 1975, p. 108).

Percebendo que a situação de fato estava fora do controle, pouco depois das duas horas da manhã do dia 11, o presidente Carlos Luz buscou manter contato telefônico com o general Lott. Ao saber quem estava do outro lado da linha, este manda seu ajudante-de-ordem informar que estava muito atarefado na ocasião com o movimento e não poderia atendê-lo.

Também ainda na madrugada, por volta das quatro horas da manhã, um dos líderes do movimento, marechal Mascarenhas de Moraes, empreendeu diligências rumo ao Catete com o propósito de efetuar a prisão do presidente Carlos Luz e dos generais Fiúza de Castro e Alcides Etchegoyen. Após acessar o palácio da sede do governo, cumpriu sua diligência parcialmente: efetuou a prisão dos generais Etchegoyen e Fiúza de Castro, sendo que aquele tentou resistir e fora posteriormente acometido de um infarto, tendo sido recolhido ao Hospital Central do Exército. O presidente Carlos Luz conseguiu homiziar-se em uma ambulância e seguir em direção ao Ministério da Marinha, não tendo sido encontrado. Também foram detidos por determinação do movimento sedicioso na Inspeção Geral do Exército: o major Sebastião Ferreira e os tenentes-coronéis Canavarro Pereira, Newton Fontoura de Oliveira Reis, Antônio Herrera e Golbery do Couto e Silva - este último viria a ser figura de realce da ditadura civil-militar instalada no país em 1964.

Sobre os detalhes da reação ao golpe, mostra-se oportuno colacionar alguns trechos da historiografia sobre aqueles acontecimentos do 11 de novembro:

Mais tarde Lott soube que o presidente Carlos Luz, acompanhado pelo deputado Carlos Lacerda, almirante Pena Botto, ministro Marcondes Ferraz, Prado Kelly e Munhoz da Rocha, comandante Sílvio Heck e outros elementos ligados ao seu Governo, tinham ido para bordo do cruzador “Tamandaré” ou do “Barroso”. A notícia não era precisa. O brigadeiro Eduardo Gomes voara para São Paulo, onde pretendia

organizar a resistência. A informação dizia também que Carlos Luz e os ministros que o seguiam, pretendiam desembarcar em Santos e instalar ali a sede do Governo Federal. A presença das tropas fiéis ao ministro da Guerra tornariam impossível a operação projetada pela Marinha (Silva; Carneiro, 1975, p. 109).

[...] Só a lembrança do Capitão Juércio e do Major Ney Braga, então prefeito de Curitiba, de avisar-me por telefonema do Catete, pouco depois das 5 da madrugada, quando o Presidente Carlos Luz, que para lá tinha se dirigido aproximadamente às 2, já o tinha abandonado, me pôs em contacto, àquela hora, com os acontecimentos.

O Capitão Juércio me preveniu que não fôsse ao Catete, pois não poderia entrar. A primeira providência do assalto é garantir-se com a substituição da guarda, invertendo-lhe a fidelidade.

Em meia hora, sigo para o Hospital do Servidores [...]. Ao passar pelo Flamengo, vejo tropas do Exército ocupando a rua Silveira Martins.

No Hospital, encontro o Dr. Raymundo Brito e o ajudante-de-ordens Cap-Av. Almeida. Dão-me notícias do fato consumado. Revolta chefiada por Lott que não deixa o Ministério. (Oh, South America!) Impossível falar ao Presidente Café [...].

O Dr. Raymundo Brito me comunica que o Presidente Carlos Luz, acompanhado de alguns ministros, estava no Arsenal da Marinha, para onde me dirigi.

Nas imediações, forte guarnição de fuzileiros navais. O carro do ministro passa sem dificuldade. Ao chegar à entrada principal do Ministério da Marinha, encontro Carlos Luz, acompanhado dos Ministros Prado Kelly, Marcondes Ferraz e Alencastro Guimarães, de Monteiro de Castro, Coronel Canavarro, subchefe da Casa Militar, Coronel Mamede, ajudante-de ordens do Presidente, vários oficiais do Exército e o Deputado Carlos Lacerda, dirigindo-se para uma lancha. Iam, depois das combinações assentadas com o Ministro Amorim do Valle que permanecia em seu gabinete, para bordo do Cruzador “Tamandaré”, atracado num cais da Ilha das Cobras.

Acompanho o Presidente Carlos Luz até a bordo, onde já estávamos antes das 7, hora em que começava a chegar uma parte da guarnição do cruzador.

[...] **Ficara resolvido ir para Santos, cuja guarnição permaneceria com o governo. Para São Paulo haviam seguido o Brigadeiro Eduardo Gomes e os aviões lhe obedeciam às ordens. Lá se processaria a resistência** (Rocha Netto, 1961, p. 82-83, grifo nosso).

Permaneci no Palácio do Catete até meia-noite e recebi de todos os setores informações normais. Dirigi-me, então, para minha residência. E aqui acentuo que houve uma falha no golpe. Poderia ter sido prêso imediatamente, pois estava na minha casa desarmado, sem guarda, nem o ‘Cosme e Damião’ na minha porta! Já às 2 e 20 da madrugada foi-me dado aviso pelo Sr. Ministro da Justiça de que, através da Chefia de Polícia, recebera informações de que algo anormal ocorria nos quartéis. Logo depois, oficiais me davam a mesma comunicação quando eu já me preparava para seguir para o Catete, que era meu pôsto. Em poucos minutos, instalava-me no Catete, chamava o novo ministro, convocava generais, substituía comandos, mas o golpe, o golpe, Sr. Presidente, tomara já uma grande área militar (palmas e protestos), tão preparado vinha sendo, com tanta riqueza de minúcias! (Protestos).

[...] Pois bem, Sr. Presidente, tal a precisão e o luxo dos detalhes que, em poucos minutos, todos os postos-chave estavam tomados e só não fui surpreendido no Palácio do Catete porque tive a iniciativa de me dirigir para uma praça militar, o Ministério da Marinha, onde continuei a dirigir e a orientar os oficiais fiéis ao Governo.

Mas a pressão foi aumentando e, então – **por não conhecer ainda tôda a extensão do movimento subversivo – resolvi manter intacta a autoridade do Chefe de Estado, a bordo de um dos mais valorosos vasos de guerra da nossa Marinha, que me enche de orgulho, como brasileiro: o Cruzador ‘Tamandaré’** (Palmas prolongadas) (Luz, 1956, p. 43-45, grifo nosso).

A resistência seguia e a bordo do Cruzador “Tamandaré”, que estava em manutenção com apenas duas caldeiras em funcionamento, e sem sua tripulação de bordo ainda completa, passou mais de duas horas atracado no aguardo de ordens para zarpar. Nesse ínterim

o presidente Carlos Luz redige uma mensagem para encaminhá-la à Presidência da Câmara dos Deputados⁶⁸. Resolvidas as pendências, todos partem a bordo do Cruzador⁶⁹, por volta das 09 horas da manhã, em direção à cidade de Santos-SP. A resistência seria sediada inicialmente nessa cidade do litoral paulista e doravante mudar-se-ia para capital.

De outro lado, ficou acordado que o brigadeiro Eduardo Gomes seguiria de avião para a capital paulista, com o propósito de reunir-se com o governador Jânio Quadros, que seguia as orientações da UDN e simpatizava com as teses golpistas, e receber a devida cobertura para instalar o governo provisoriamente naquela cidade litorânea. Contando, inicialmente, apenas com o apoio da Força Pública paulista e do seu parente, comandante da 2ª. Divisão de Infantaria (região de São Paulo), general Tasso Tinoco, o brigadeiro Eduardo Gomes, antes de partir, deu ordens para que todos os aviões de caça e bombardeiros estacionados em Campo dos Afonsos e na Base Aérea do Galeão decolassem rumo à Base Aérea de Cumbica, em São Paulo.

No tocante à contrarreação ao movimento golpista/legalista, à essa altura do desenrolar dos acontecimentos, destaca-se que:

Diante do quadro, Lott determinou imediatamente que as tropas de Minas, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, se desviassem para São Paulo. Tomaram o mesmo sentido as tropas do Paraná e do Mato Grosso. O general Falconiere⁷⁰ conseguiu rumar rapidamente para São Paulo e assumiu o comando das tropas, deslocando-se para a base de Cumbica. E, a tempo, foram enviadas tropas para o Porto de Santos visando impedir a Marinha de ocupá-lo, já que era lugar privilegiado em caso de qualquer tentativa de desembarque dos dissidentes e formação de um governo de resistência com o apoio do governador Jânio Quadros. Não houve confronto armado, o movimento liderado por Lott era incontestavelmente mais forte. As trincheiras que foram cavadas por ordem do general Tinoco não chegaram a ser utilizadas; ele ficou isolado (Manchete, 1955 *apud* Carloni, 2012, p.121).

A situação já estava praticamente controlada pelas forças do movimento golpista, eis que algumas providências preliminares por ordem de Lott na capital já estavam praticamente

⁶⁸ O inteiro teor da mensagem foi: “Ao General Flores da Cunha, Presidente em exercício da Câmara do Deputados. Venho comunicar a V. Excelência e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo em que estou investido, de Presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me (palmas prolongadas e protestos) mantenho no exercício daquele cargo a bordo de uma unidade da nossa Marinha em águas territoriais. Apresento a V. Exª. os meus protestos de distinta consideração” (Luz, 1956, p. 46).

⁶⁹ A essa altura dos acontecimentos, Lott, ciente de que a Marinha iria opor resistência ao movimento, determinou que fossem realizado o bloqueio da saída de navios de guerra, mediante semáforos de sinalização e outros recursos visuais de advertência, da Baía da Guanabara. Mesmo com a proibição, o Cruzador “Tamandaré” singrou para alto mar, após ser alvo de alguns tiros de canhões em advertência, disparados dos fortes de Santa Cruz, Duque de Caxias, Copacabana e Leme. O relatos dão conta de que um navio cargueiro de bandeira estrangeira manobrou em cobertura do vaso de guerra que levava o presidente Carlos Luz, colocando-o fora do alcance da mira dos canhões dos fortes, conseguindo, assim, após pouco mais de 20 minutos de bombardeio, seguir rumo a Santos-SP. Esse fato provocou um clima de pânico entre os moradores do bairro carioca de Copacabana, que demorou um certo tempo para entender o que estava acontecendo.

⁷⁰ Comandante da Zona Militar Centro que estava de passagem pela capital da República e engajou-se de imediato no movimento.

todas efetivadas, como: a ocupação da sede do jornal *Tribuna da Imprensa*, que teve sua circulação impedida; a também ocupação da sede da Rádio Nacional e do jornal A Noite; a fixação em pontos estratégicos da cidade de membros da tropa de infantaria e artilharia antiaérea do Exército, como nas proximidades das bases aéreas da FAB e dos arsenais da Marinha, que também mantinham suas próprias tropas de prontidão.

Com o quadro em São Paulo também virtualmente definido, considerando que o apoio do governador Jânio Quadros para dar sustentação à resistência ao movimento e o aparato militar de que dispunha o brigadeiro Eduardo Gomes naquela localidade não foi satisfatório o suficiente para barrar a ação das forças do movimento golpista, inclusive, na estratégia de desembarque do Cruzador “Tamandaré” em Santos com o presidente a bordo e lá fixar inicialmente uma trincheira de resistência. Importante destacar que no decorrer do próprio dia 11 a situação fora praticamente definida em favor do movimento “legalista”.

Também no Congresso Nacional, a situação fora resolvida no mesmo dia com uma solução “legalista” e dentro dos contornos do texto constitucional.

Ao tomar conhecimento do movimento militar na capital do país, o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, deputado Flores da Cunha, de imediato seguiu para a sede da câmara baixa, onde se colocou à disposição para receber todos os seus membros. Em seguida, foram convocados os líderes de todos os partidos e o senador Nereu Ramos, presidente em exercício do Senado, para uma longa reunião no gabinete da presidência, que se encerrou por volta das 11 horas da manhã, tendo sido iniciado os expedientes naquela Casa imediatamente após esse horário.

Lida logo no início da sessão a mensagem encaminhada pelo presidente Carlos Luz dando conta de que estava em pleno exercício do cargo de presidente da República a bordo do cruzador “Tamandaré”, coube ao deputado e líder pessedista Gustavo Capanema apresentar uma moção em cujo conteúdo admoestava os deputados para a situação de fato em que fora relegado o país – o exercício do poder político legitimamente constituído estava sobre ameaça -, pelo que era premente no momento agir com o propósito de evitar a instalação de uma ditadura militar em solo brasileiro, deixando em segundo plano o sentido e os objetivos do movimento sedicioso deflagrado.

Após demasiados e acalorados debates sobre a referida proposição legislativa nas duas casas do Congresso Nacional, cujo ponto principal cingia-se na declaração do *impeachment* do presidente em exercício Carlos Luz, esta fora aprovada por 185 votos contra 72 na Câmara, com a UDN isolada e apoiando a minoria; no Senado, a proposição aprovada na Câmara foi levada à votação do plenário, com aprovação por 43 votos a favor e 9 contra. Estava

declarado o impedimento de Carlos Luz, nos termos do Art. 79, parágrafo 1º da Constituição Federal, para o exercício da Presidência da República e, em ato contínuo, convocado o substituto legal para o exercício do referido cargo, no caso, o senador Nereu Ramos⁷¹. Nesse mesmo viés de análise, cumpre acrescentar:

Nesse momento, o Poder Legislativo, inicialmente através da Câmara dos Deputados, inicia gestão no sentido de retomar [o] controle sobre os acontecimentos. Enquanto a UDN, alvoroçada, clama contra o golpe de estado perpetrado, tratam o PSD, PTB, e demais partidos interessados no afastamento de Luz, em convalidar a situação criada pelas Forças Armadas.

É assim que, objetivando a legitimação do fato político-militar, surge a tese do impedimento.

O líder o PSD, Gustavo Capanema, apresenta moção aonde se coloca que ao Congresso não caberia se deter na análise do sentido do movimento militar e sim, muito mais importante, retomar a si o eixo dos acontecimentos, evitando os riscos de uma ditadura militar.

Após grande polêmica, consagra-se a tese da necessidade do *impedimento* do presidente, votando-se a moção de Capanema, vitoriosa por 185 a 72 votos na Câmara. Apresentada ao Senado, foi igualmente aprovada, por 43 a 9 votos.

Foi, indubitavelmente, uma solução no seio do Congresso. Este, havendo perdido, temporariamente, o controle dos acontecimentos, novamente trouxe a equação política para a sua órbita.

Destarte, a ruptura não foi maior (Beçak, 2003, p. 18-19).

Investido na chefia do Governo com a posse no cargo oficializada, Nereu Ramos⁷², após ter sido elevado à essa condição por ordem do general Henrique Teixeira Lott, na qualidade de chefe do movimento sedicioso que, através desse ato, ratificava suas intenções de lealdade às instituições, postura inerentes à disciplina e à unidade de que é peculiar aos “homens de farda”, e defesa da legalidade imposta pelo texto constitucional vigente, além de assegurar, doravante, o respeito ao resultado das urnas com a posse dos eleitos em 03 de outubro, inicia seu governo lavrando alguns atos de nomeação dos membros que iam compor sua gestão. De imediato, substituiu os ministros da Marinha e da Aeronáutica, com as nomeações, respectivamente, do almirante-de-esquadra Alves Câmara Júnior e do brigadeiro Vasco Alves Seco.

⁷¹ Por volta das dezessete horas, Nereu Ramos dirigiu-se ao Ministério da Guerra, onde fora recebido pelo marechal Mascarenhas de Moraes e vários outros membros do oficialato, e após foi conduzido ao gabinete do ministro da Guerra, tendo sido ali recebido augustamente por Lott, onde mantiveram, por alguns minutos, uma conversa reservada. Após a apresentação do novo presidente da República aos oficiais-generais presentes naquele momento no ministério e partidários do golpe, Nereu e Lott seguiram para o Palácio do Catete, onde se daria a posse solene do novo presidente da República.

⁷² Nascido em Lajes-SC, a 3 de setembro de 1888, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1909. Retornando a Santa Catarina tornou-se um conhecido advogado criminalista e nos Tribunais do Júri começou a aperfeiçoar os seus dotes oratórios. Mas o vírus da política já se manifestava. Em 1911 elegeu-se pela primeira vez deputado estadual, função que exerceu até 1921. Foi o único catarinense a ocupar a Presidência da República, ainda que em caráter excepcional e transitório. Sua trajetória política não ainda encontrou paralelo em Santa Catarina. Foi deputado estadual e federal diversas vezes, senador, governador, interventor federal, presidente da Câmara dos Deputados (quatro vezes), presidente do Senado (três vezes), ministro da Justiça e vice-presidente da República (Caldas Filho, 1989).

Com a instituição de forma célere de um novo Governo e a situação em favor do movimento revolucionário bastante tranquila – o Exército já possuía sobre seu domínio, praticamente, todo o território nacional e o Congresso havia votado e declarado o *impeachment* do presidente Carlos Luz -, nada mais restava aos membros do propalado governo de “resistência”, que nutria a intenção de se instalar em terras bandeirantes, senão recolher as velas e abortar suas ordens de movimentação e estratégias traçadas, ante ao fato já consumado. Como o próprio presidente “destituído” e antagonista dos acontecimentos relata em seu livro:

Fizemos, na noite histórica de 11 de novembro, na Sala de Comando do cruzador ‘Tamandaré’, uma reunião, de que todos participaram e na qual cada um manifestou livremente seu ponto de vista, diante da situação nacional. Então, já tínhamos notícia, através do rádio, de que se constituíra novo govêrno no País, chefiado pelo eminente Sr. Senador Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado, no impedimento, declarado por moção aprovada pela Câmara e pelo Senado, do Presidente da Câmara dos Deputados, que estava legalmente investido das funções de Presidente da República. Pois bem, constituído este govêrno, considerada a situação militar em tôdas as regiões do país, declarada a impossibilidade de descermos em Santos – porque podíamos arrasas as suas fortalezas, mas não haveria cobertura para o desembarque – e tendo sido sempre o nosso objetivo poupar prejuízos à Marinha, tão escassa de belonaves, e também poupar a vida dos nosso compatriços, tudo isso considerado, naquela oportunidade, deliberei, como Presidente da República, expedir um rádio ao Sr. Ministro da Marinha, Almirante Amorim do Vale⁷³ [...]. Expedi a S. Ex.^a um primeiro despacho, por julgar inútil a sua viagem; ‘Não saia do pôrto’. E, mais tarde, **um outro, a S. Ex.^a e ao Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, dizendo-lhes que, diante das circunstâncias, resolvera fazer cessar a resistência, despacho no qual recomendava a cada um que desse ordens aos seus comandados para que considerassem findas as operações** (Luz, 1956, p. 57-63, grifo nosso).

Tendo posto cabo às operações de resistência, Carlos Luz determina o retorno do cruzador “Tamandaré”, que já estava bem próximo ao porto de Santos, rumo à cidade do Rio de Janeiro. Na manhã do dia 12 de novembro, já pouco depois do raiar do dia, inicia-se a manobra de retirada para o porto daquela cidade, com a embarcação e sua tripulação a bordo tendo chegado para atracar no porto fluminense por volta das 11h30 do dia 13 de novembro.

Após atracar no porto, o desembarque da tripulação não foi imediato⁷⁴. O presidente empossado no cargo, Nereu Ramos, encaminhou um emissário para tratar com Carlos Luz sobre sua renúncia à presidência da Câmara dos Deputados, por ser um gesto de acatamento das deliberações do movimento. Também na ocasião fora informado à tripulação que o novo governo daria todas as garantias de desembarque de todos os civis que se encontravam a bordo

⁷³ O ministro da Guerra Amorim do Vale estava, inicialmente, comandando a resistência pelo mar dentro do seu gabinete no Ministério da Marinha na capital federal. Com o avanço do movimento revolucionário e prevendo a hipótese de ser preso, bandeou-se para bordo do vaso “Barroso”, de onde continuou a preparar a contraofensiva.

⁷⁴ Somente por volta das 18 horas do dia 13, após variadas tratativas, que o presidente deposto Carlos Luz, juntamente com o grupo de parlamentares e de ex-ministros do governo que o acompanhavam, efetuaram o desembarque do cruzador “Tamandaré”.

do vaso de guerra, excetuando os oficiais do Exército que ali estavam, pois havia ordem de todos serem recolhidos presos para o Ministério da Guerra.

Durante essas tratativas houve a visita de uma comissão de parlamentares da UDN, que preocupados demasiadamente com a situação do jornalista e deputado federal Carlos Lacerda, um dos principais articuladores de um suposto golpe militar que estaria sendo orquestrado por políticos e militares de inclinações udenistas com o apoio do governo interino deposto, que fora abortado em face das manobras de manutenção do curso normal do regime de representação democrática, com o respeito à voz das urnas no pleito de presidencial de outubro passado e da legalidade da ordem instituída, realizadas pelo movimento militar capitaneado por Lott, impetra em favor daquele um *habeas-corpus*, mesmo após ter sugerido que o mesmo solicitasse asilo na embaixada de Cuba – o novo governo instituído mandou informar na ocasião, através do seu emissário, que seriam respeitadas as imunidades parlamentares do deputado udenista.

Antes mesmo do retorno de Carlos Luz ao Rio de Janeiro, o novo presidente empossado externou sua posição na imprensa em várias entrevistas que concedeu, bem como durante a visita que realizou ao presidente enfermo no hospital na tarde do dia 12, de que estava “no exercício da Presidência por mera ocorrência de motivo impeditivo do exercício da mesma pelo seu detentor legal, o vice de Vargas” (Última Hora, 1955 *apud* Beçak, 2003, p. 20).

A situação política vigente era de uma aparente tranquilidade, mesmo após o retorno das tropas aos quartéis e a instituição de um novo governo pelo movimento legalista. Eis o que informa sobre os acontecimentos do dia 11 de novembro o “bombástico” artigo de capa do periódico *Tribuna da Imprensa*, intitulado “Democracia”, após retomar a sua circulação:

A TRIBUNA DA IMPRENSA continua a lutar pela democracia. Para isto foi fundada, para isto existiu sempre.

Na madrugada do dia 11, rasgaram a Constituição com um golpe de cúpula militar, sem sentido ou fundamento. E o precário govêrno que daí se originou, embora tentando arranjar-se em roupagem constitucional, nada faz senão esfrangalhar cada vez mais êste papel rasgado, amarfanhado quando se vota o impedimento do sr. Carlos Luz, pisoteado quando se estabelece a censura para o rádio e para a imprensa.

NUNCA tivemos aqui o fetichismo das fórmulas. No amor à democracia nunca permitiremos, porém, que alguém nos supere. E foi a democracia que se feriu de morte na **madrugada do dia 11**, com o falso **‘movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes’**⁷⁵, falso e ridículo.

⁷⁵ Por possuir variadas denominações na historiografia pátria, mostra-se por demais complexo tentar obter um “termo” fundamentadamente mais correto para nominar o evento. Optei para trabalhar o tema com a denominação “contragolpe(s)” da legalidade ou preventivo, por entender que a ação em defesa da legalidade liderada por Lott foi uma reação contra as tensões políticas ainda latentes do pós 24 de agosto, em fusão com as reações político-militares à posse de JK-Jango, eleitos legitimamente no pleito presidencial de 03 de outubro de 1955.

Qual foi o motivo essencial daquele movimento? Os brios ofendidos do Exército, declararam os chefes militares sediciosos no documento com que deflagaram a sedição.

Ora, o Exército é muito grande, muito forte e muito digno, o Exército tem uma profunda consciência democrática, um magnífico teor de cultura, desprendimento e renúncia, que não se podem ferir ou magoar por ter um de seus elementos perdido o cargo de Ministro da Guerra.

Ora, o Exército tem um fundamento democrático e constitucional muito forte, que não se pode quebrar apenas porque o presidente da República, no desempenho estrito de suas funções constitucionais, nega ao Ministro da Guerra a reversão de um oficial, pedida por capricho.

Os brios do Exército não foram feridos pelo ato do presidente Carlos Luz, os brios do Exército não se confundem com a vaidade dêste ou daquele chefe militar assoprados por politiqueiros imediatistas e aproveitadores.

A SEDIÇÃO sem fundamento anda, porém, à cata de motivação. Foi **um golpe preventivo**, grita o mais constante e mais baixo áulico do general Teixeira Lott. Foi **um contragolpe preventivo**, corrige o próprio general Lott. E logo a seguir, trilhando o novo caminho explicativo, o general, acusando camaradas perante a imprensa estrangeira, esclarece que os chefes golpistas, do golpe em potencial, do golpe evitado, eram o brigadeiro Eduardo Gomes, o almirante Amorim do Vale, o coronel Mamede, entre outros.

O que se viu, porém, foi que êsses chefes agora acusados mantinham suas forças desmobilizadas, despreparadas, a ponto de ter o ‘Tamandaré’ de navegar com caldeiras apagadas na velocidade de oito nós, quando tem motores paa desenvolver 32, enquanto os ‘legalistas’ confessam que o seus ‘planos estavam meticulosamente preparados’ para o assalto ao Poder.

Não só a Constituição foi rasgada. A democracia é que foi profundamente ferida, num movimento de sedição militar sem motivo e sem fundamento.

Instaurou-se um govêrno de fato que não diz ao que veio, porque, realmente, não o sabe e não tem coragem de confessar que representa, apenas, pela brutalidade e pela traição, pelo esmagamento das liberdades, a revanche ao 24 de agosto, obra saneadora e histórica da unanimidade das Forças Armadas [...].

É uma insânia. A união das forças armadas é necessária ao Brasil e à democracia. Não pode, não deve ser quebrada pela vitória momentânea de um movimento de surpresa, sem conteúdo e sem base, como o do dia 11 (Tribuna da Imprensa, 1955, p.1, grifo nosso).

Percebendo, desde logo, a inconformação dos derrotados no movimento, eis que ainda estavam dispostos a lutar com todas as suas armas para derrubar o novel governo, em defesa de uma suposta e decantada “democracia”, mediante declarações/acusações explícitas na imprensa e nas duas tribunas do Parlamento, bem ainda em conchavos políticos feitos às escuras, inclusive entre membros da oficialidade, foi que o três ministros militares em 14 de novembro de 1955, em manobra preventiva, ante à possibilidade de uma subversão da ordem, encaminharam uma exposição de motivos ao presidente Nereu Ramos, pugnando para que obtivesse junto ao Congresso a decretação do estado de sítio⁷⁶.

⁷⁶ Eis um trecho do documento: “Exposição de motivos. Exmo. Sr. Presidente da República, O movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes, iniciado e ultimado na manhã de 11 de novembro, não foi ditado apenas pelo imperativo de restaurar, em sua plenitude, o princípio da disciplina, essencial à vida e à honra das instituições militares, mas também, e principalmente, pela necessidade de impedir a consumação iminente da subversão da ordem constitucional, pregada afrontosamente por maus brasileiros, na tribuna parlamentar, na imprensa, no rádio e na televisão, e tornada possível pela convivência de alguns chefes militares e de detentores de altos cargos do Poder Executivo [...]. 6) As medidas necessárias, sr. Presidente, à consecução desse objetivo repressivo não são, porém, compatíveis com a plenitude das garantias individuais vigentes. Para levá-las a termo

Após tomar conhecimento dos fatos que tumultuaram a normalidade institucional do país, Café Filho, que até então se transferira para uma clínica particular para ali finalizar seu tratamento de saúde, decidiu que era o momento de seu retorno à cadeira presidencial, ante a conturbada situação da vida política nacional.

Ao saber da intenção do retorno do presidente Café Filho, Lott decide procurá-lo na tarde do dia 20 de novembro na Casa de Saúde São Vicente, local em que finalizava seu tratamento, para buscar um entendimento. Queria transmiti-lo a decisão acordada entre os chefes militares de que sua volta ao governo naquele momento seria inoportuna e inconveniente. Em passagem de seu livro, Rocha Netto (1961, p. 96-97) assim detalha o encontro:

20 de Novembro. À tarde entrevista de Lott com Café, na Casa de Saúde S. Vicente. Chego à Casa de Saúde, prevendo o tempo necessário a que Lott se tivesse retirado. Travou-se nesse dia o grande diálogo.
 [...] Lott traz a Café não a sua opinião, mas a de seus camaradas, que haviam acordado sobre a inconveniência da volta de Café ao govêrno.
 [...] Lott e Café conferenciam a sós [...].
 Café recebe a má notícia para a qual, de início, Lott lhe preparara o espírito. Era o veto dos generais à sua volta. Lott fala sobre o abalo sofrido pelo país com os acontecimentos de 11. Parece-lhe que a Volta do Presidente ao poder iria contribuir para reacender as paixões, produzindo novas agitações e desentendimentos. Café diz que vai reassumir. Lott deve compreender que ele não estaria à altura da dignidade de seu cargo, se ao receber alta de seus médicos se conservasse na cômoda posição de afastamento das responsabilidades de seu cargo.
 Pergunta Café: ‘Que pode me acontecer? Ser deposto, prêso ou morto. Tudo está bem.’
 ‘Seria uma desgraça’, responde Lott.
 [...] Café conclui: ‘Não admito apelos para não reassumir e não admito condições para reassumir. Ou exerço o poder na sua plenitude ou não o exerço.’

Sem estabelecer entendimentos sobre a manutenção do seu afastamento e sem anuir com a deliberação dos chefes militares sobre o veto de seu retorno ao governo, Café Filho, no dia 21 de novembro, solicitou ao seu ex-ministro da Justiça, Prado Kelly, ainda na clínica em que finalizava sua recuperação, que redigisse e enviasse uma declaração oficial ao presidente da República em exercício, bem como aos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional noticiando que, a partir daquela data, reassumia legalmente o cargo de presidente da República.

Ainda na tarde daquele dia 21, Café Filho teve alta da Clínica São Vicente e, uma vez restabelecido, seguiu para Copacabana a fim de descansar em seu apartamento pelo resto

com êxito, sem violação da Constituinte, antes com o cumprimento rigoroso dela, parece necessário aos ministros abaixo assinados, que o Governo obtenha do Congresso, com a máxima presteza, a decretação do estado de sítio, com o apoio no Art. 206, I in fine, da Constituição Federal. É o que tomamos a liberdade de sugerir a v. exa. cōscios da extensão de nossas responsabilidades para com v. exa e para com o país. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1955. (a) Antônio Alves Câmara; general Henrique Lott; major-brigadeiro Vasco Alves Seco” (Silva; Carneiro, 1975, p. 141-142).

do dia, e na manhã seguinte dirigir-se ao Palácio do Catete, onde reassumiria o cargo ocupado provisoriamente por Nereu Ramos.

Por ordens do movimento de 11 de novembro, sem muita demora, todo o quartirão, toda área em volta do edifício em que se localizava o apartamento onde residia Café Filho estava sitiada por soldados das Forças Armadas, inclusive, com tanques na retaguarda. A ordem inicial era penetrar no prédio e os soldados postarem-se em guarda junto à porta do apartamento. Doravante, por volta das 20 horas, o comando das tropas determinou que ninguém poderia entrar e nem sair do apartamento, e após estendeu a ordem para todo o edifício, o que causou demasiados transtornos aos moradores – o presidente tornou-se “prisoneiro” e manteve-se afastado do cargo, recolhido em seu próprio apartamento a contragosto.

No dia seguinte, 22 de novembro de 1955⁷⁷, por decisão do Congresso, foi aprovado o Projeto de Resolução nº. 21/55 que declarava o *impeachment* do presidente Café Filho para o exercício da presidência da República.

Na esteira do magistério de Carloni (2012) observa-se uma análise cristalina sobre o desdobramento dessa situação:

O ex-presidente tentou recorrer com um mandado de segurança e um pedido de *habeas corpus*⁷⁸ que não conseguiram modificar a situação a seu favor. Na interpretação do presidente deposto e de muitos que viram com contrariedade o seu impedimento, **era desfechado um segundo golpe na República** (Carloni, 2012, p. 131, grifo nosso).

Com a ordem institucional e a legalidade, resguardadas em face do “movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”, só restou a Juscelino Kubitschek e a João Goulart, legitimamente eleitos em 03 de outubro de 1955, serem empossados, respectivamente, no cargo de presidente e vice-presidente da República, e subirem em triunfo as escadarias do Palácio do Catete em 31 de janeiro de 1956.

⁷⁷ Nesse mesmo dia, o presidente em exercício Nereu Ramos, que advogava pelo retorno de Café Filho à chefia do Executivo, encaminha uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional pugnando pela decretação do estado de sítio (conforme pedido dos chefes militares realizado no dia 14 de novembro). Votada e aprovada a proposição no dia 23 de novembro, o Congresso Nacional decreta o estado de sítio pelo prazo de 30 (trinta) dias – esse prazo teve início a partir de 25 novembro até 26 de dezembro, sendo prorrogado por igual período por Nereu Ramos, em face do “recesso” do Congresso Nacional que, uma vez reaberto, autorizou e a 10 de janeiro teve sancionada a prorrogação por mais trinta dias a partir de 26 de dezembro.

⁷⁸ No dia 22 de novembro de 1955, Café Filho acionou a via judicial e impetrou um *Habeas Corpus* e um Mandado de Segurança perante o STF, a fim de garantir seu alegado direito de reassumir a Presidência, cujos registros de processos foram, respectivamente, de nº. 33.908/DF e nº. 3357/DF. O primeiro processo o STF julgou prejudicado em 21/12/1955, em face das informações advindas do Executivo dando conta de que não havia mais cerceamento à liberdade de locomoção do Impetrante; o segundo processo teve o seu trâmite sobrestado em face das medidas de exceção, diga-se, estado de sítio, decretado a partir de 25/11/1955. Para maiores detalhes ver Beçak (2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Novembrada, o Golpe Preventivo ou igualmente o(s) Contragolpe(s) da Legalidade é um evento da historiografia nacional, ocorrido durante o período republicano, mais especificamente no curso da chamada República Populista ou Liberal, que pôs em teste o regime de governo adotado no país desde a redemocratização, conquistada em 1945.

O que não se pode deixar de considerar num estudo dessa dimensão é sua intrínseca relação com acontecimentos anteriores que culminaram com intervenções militares na ordem instituída, com o fito de ajustar “as práticas políticas” utilizadas para conduzir os rumos das instituições democráticas, todas elas ocorridas sem o apossamento do poder político, e cujos exemplos são: o caso da deposição de Vargas da cadeira presidencial em 1945, que através da qual visava influenciar nas eleições presidenciais daquele ano; e, o ultimato, já no seu governo em que foi investido no cargo da mais alta magistratura nacional pela via democrática em 1951, para renunciar à presidência da República. Essas intervenções demonstraram algumas divisões no seio da oficialidade e suas aspirações políticas.

Também não é de bom alvitre analisar e explicar esse evento historiográfico de forma superficial e reducionista, como se observa sobejamente nos manuais de história que tratam do assunto, os quais se limitam a indicar as causas da Novembrada como sendo uma reação militar, liderada pelo general legalista Henrique Teixeira Lott, às forças políticas da situação que visavam a impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart no cargo, respectivamente, de presidente e vice-presidente da República, eleitos legitimamente no pleito de 03 de outubro de 1955; também apresentam como causa motivadora a demissão do Ministro da Guerra Henrique Lott em face dos desdobramentos do caso “Mamede”, considerado um fato que feriu a honra dos homens de farda verde-oliva.

Existem outros fatores que guardam relação com esse evento, sobretudo de natureza política e militar, e que impedem de analisá-lo isoladamente, conforme explicitado, ainda que resumidamente, nas linhas argumentativas da presente pesquisa. Calha aqui informá-los: o processo de intervenção e ação das Forças Armadas como árbitra da ordem institucional constituída em vários momentos na temporalidade estudada (noticiados acima); e, os tensionamentos político-militares observados, sobretudo, pelo presidente sucessor de Vargas, que colocaram a ordem institucional em constante ameaça de ruptura, e cuja cessação deu-se através do(s) Contragolpe(s) Preventivo(s) capitaneados por Henrique Lott.

De outra parte, sem pretensões de realizar qualquer ressignificação desse evento, optou-se por utilizar a expressão “Contragolpe(s) ou Contragolpe(s) Preventivo(s)” em algumas

partes do texto, por entender que durante o desenrolar da Novembrada houve duas intervenções militares distintas: a destituição de Carlos Luz da presidência da República; e, a proibição de reassumir, por determinação dos militares, o mandato presidencial por Café Filho após seu convalhecimento, fato este que ensejou o seu impedimento constitucional por deliberação do Congresso Nacional.

Por fim, buscou-se com a presente pesquisa explicar de forma clara e explícita, com alguns pormenores e dentro dos objetivos propostos, o que se classificou como sendo seu problema fundamental de investigação: A Novembrada ou O(s) Contragolpe(s) Preventivo(s) foi/foram um/uns acontecimento(s) de natureza político-militar de fundamental importância para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, na presidência e vice-presidência da República, restabelecer a ordem político-institucional até então ameaçada de ruptura, bem como a estabilidade democrática durante a República Liberal ou Populista (1945-1964).

REFERÊNCIAS

- AINDA não se desmascararam os algozes da liberdade. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 6-7 ago. 1955. p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- ALVES FILHO, F. Rodrigues. **Democracia corrompida ou golpe de Estado**. São Paulo: Edições Gea, 1955.
- BARROS, Edgar Luis de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1990.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 4ª. edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v. 3.
- BEÇAK, Rubens. **Sucessão presidencial de 1955**: aspectos políticos e jurídicos. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **De Getúlio a Juscelino**: 1945-1961. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção Retrospectiva do Século XX).
- BRASIL. **Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945**. Altera a Constituição Federal de 1937. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lct/lct009.htm . Acesso em: 10 mar. 2025.
- CALDAS FILHO, Raul. Nereu Ramos, trajetória de um grande político. In: RENAULT, Abgar (org.). **Nereu Ramos**: homenagens a um estadista: discursos e artigos. Florianópolis: Associação Portobello de Cultura, 1989. p. 142-146.
- CARLONI, Karla. **Forças armadas e democracia no Brasil**: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARONE, Edgard. **A República Liberal**: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. v. 1.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao golpe militar**: da República Liberal ao Golpe de 1964, Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango em busca de uma Cultura Popular. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- DEMOCRACIA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 16, nov. 1955. p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- ESTÁ reunido o ministério. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1955. p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual Editora, 2006.
- JÁ ESTÁ pronto o projeto do colegiado. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1955. p. 7-9. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

KOIFMAN, Fábio. **Café filho**: um golpe a favor da democracia. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019.

LACERDA, Carlos. **Carlos Lacerda**: depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LIMA, Valentina da Rocha; RAMOS, Plínio de Abreu. **Tancredo fala de Getúlio (depoimento)**. São Paulo: L&PM Editores, 1986.

LUZ, Carlos. **Em defesa da Constituição (discurso)**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. 2. ed. São Paulo: Códex, 2002.

NÃO PODEM tomar posse. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1955. p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PILLA, Raul. **Discursos parlamentares**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1980.

PLANEJADO em julho o movimento do dia 11 de novembro. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1955. p. 4-18. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Brasil, 11 de Novembro**. São Paulo: Fulgor, 1960.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Radiografia de novembro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

ROUQUIÉ, Alain. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain *et al.* **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 9-26.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria C. Ribas. **A Novembrada 1955**. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Núcleo, 1992. (Coleção Núcleo de Bolso).

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMÁS, Cláudio Maria; AZEVEDO, Paulo Egídio de; CARVALHO, José Antonio de. **História do Brasil**. São Paulo: FTD, 1964. v. 5.

VIANA FILHO, Luiz. **As sucessões presidenciais**. Brasília, DF: [s. n.], 1983.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.